



Universidade do Minho
Escola de Engenharia

Sofia Araci Coelho Silva

Desenvolvimento de um plano de sustentabilidade para o Município de Esposende

Dissertação de Mestrado
Mestrado Integrado em Engenharia Biológica

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor João Monteiro Peixoto

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

AGRADECIMENTOS

À Doutora Alexandra Roeger e à Eng. Joana Miranda, orientadoras deste trabalho, manifesto nesta secção o meu mais sincero e profundo agradecimento por toda a dedicação e disponibilidade neste caminho que, apesar de dificultado pelas circunstâncias pandémicas, se traduziu numa caminhada de enorme crescimento e aprendizagem.

Ao Professor Doutor João Peixoto agradeço muito a disponibilidade e a motivação que me foi transmitindo ao longo do meu percurso académico, em especial no decorrer deste projeto.

Aos meus Professores, em geral, agradeço as inspirações que me deram ao longo dos 5 anos académicos.

Por fim, mas não em último, agradeço aos meus familiares, em especial os meus tios e à minha avó, por viverem comigo esta fase da minha vida e por todo o apoio ao longo dela.

A goal is a dream with a deadline.

- Napoleon Hill

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

RESUMO

Desenvolvimento de um plano de sustentabilidade para o Município de Esposende

A sustentabilidade pode ser definida como a capacidade da sociedade se organizar por forma a garantir o seu sustento. Nesse sentido, é importante atentar às barreiras limitantes deste sustento e à delimitação de estratégias de resiliência às mesmas.

O município de Esposende, atento às problemáticas que afetam a sustentabilidade em todos os seus eixos – ambiental, económico, social e cultural –, procura organizar-se e promover uma estratégia municipal para a sustentabilidade. Esta estratégia divide-se em 5 vetores de atuação, nomeadamente: 1) Alterações Climáticas; 2) Economia Circular; 3) Proteção Civil; 4) Mobilidade; e 5) Gestão, Monitorização e Comunicação.

Para o presente trabalho propôs-se a concretização de 4 vetores, à exceção do vetor 3. Todavia, por questões externas, culminou na concretização parcial dos vetores 1 e 5.

No vetor 5, o principal alvo era a obtenção de uma proposta, e se possível redação, de um relatório de sustentabilidade. Por forma a alcançá-lo estudou-se a utilização do referencial GRI, comumente usado no reporte de relatório não financeiros, e analisaram-se as possíveis formas de responder à Agenda 2030. Como resultado deste vetor, obtém-se a proposta de relatório de sustentabilidade pretendida. Dele também resulta um conjunto de documentos auxiliares da monitorização dos indicadores de resposta às normas GRI e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

No vetor 1, concretiza-se apenas o trabalho de análise aos vários diplomas nacionais e municipais, referentes às temáticas de eficiência energética e alterações climáticas, que permitem alavancar a execução do documento chave deste vetor – a estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas.

Com a execução deste trabalho a entidade municipal adquire assim o desenvolvimento de um plano de sustentabilidade para o município de Esposende, com ferramentas organizadas e intuitivas, possibilitadoras da simplificação do processo para o alcance de um território sustentável, que em comunidade lhes trará mais benefícios.

PALAVRAS-CHAVE

Agenda 2030, GRI, município, Relatório, Sustentabilidade.

ABSTRACT

Development of a sustainability plan for the Municipality of Esposende

Sustainability, as one of the authors consulted states, is the capacity of society to organize itself in order to guarantee its sustenance. In this sense, it is important to be aware of the barriers that limit this support and outline a strategy of resilience to them.

The municipality of Esposende is aware of the problems that affect sustainability in all its areas — environmental, economic, social and cultural —, seeking to organize itself and promoting a municipal strategy for sustainability. This strategy is divided into 5 performance vectors, namely: 1) Climate Change; 2) Circular Economy; 3) Civil Protection; 4) Mobility; and 5) Management, Monitoring and Communication.

For the present work, the implementation of 4 vectors was proposed, with the exception of vector 3. However, for external reasons, it ended up in the partial implementation of vectors 1 and 5.

In vector 5, the main target was to obtain a sustainability proposal, and, if possible, a report. In order to achieve this, the use of the GRI framework, commonly used in the non-financial report, was studied and analyzed as possible ways of responding to the 2030 Agenda. As a result of this vector, the proposed sustainability report is obtained. In addition, a set of documents that assist in monitoring the indicators of response to GRI standards and Sustainable Development Goals also results from it.

In vector 1, only the work of analysis of the various national and municipal diplomas regarding the themes of energy efficiency and climate change is carried out, which allows to leverage the execution of the key document of this vector — a municipal strategy for adapting to climate change.

With the execution of this work, the municipal entity thus acquires the development of a sustainability plan, with organized and intuitive tools, enabling the simplification of the process to reach a sustainable territory, which in community will bring them more benefits.

KEYWORDS

Agenda 2030, County, GRI, Report, Sustainability.

ÍNDICE

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	v
Abstract.....	vi
Índice de Figuras.....	viii
Índice de Tabelas.....	ix
Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos.....	x
1. Sustentabilidade.....	1
1.1 Sustentabilidade Social.....	2
1.2 Sustentabilidade Económica.....	4
1.3 Sustentabilidade Ambiental.....	7
2. Sustentabilidade no contexto (inter)nacional.....	9
2.1 Municípios e Sustentabilidade.....	12
2.1.1 Município de Esposende e Sustentabilidade.....	15
3. Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	17
4. Relatório de Sustentabilidade.....	21
4.1 Definição e Importância.....	21
4.2 Tendências internacionais e nacionais.....	23
5. Global Report Initiative (GRI).....	25
6. Trabalho Desenvolvido.....	27
6.1 Fase Pré-Estágio Curricular.....	27
6.2 Fase de Estágio Curricular.....	32
6.2.1 Indicadores de ODS.....	34
6.2.2 Indicadores GRI.....	37
6.2.3 Fichas dos ODS e Monitorização dos ODS.....	40
6.2.4 Relatório de Base.....	44
6.2.5 Avaliação de Materialidade.....	46
6.2.6 Relatório de Sustentabilidade.....	50
6.2.7 Trabalho desenvolvido em paralelo ao vetor 1.....	53
7. Conclusão e Desenvolvimento Futuro.....	56
Referências Bibliográficas.....	60

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Esquematização da ligação entre os 3 eixos de conflitos sociais.....	3
Figura 2. Esquematização do Desenvolvimento Sustentável Social.....	4
Figura 3. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030	18
Figura 4. Esquematização da relação entre ODS e contribuição para as temáticas inclusivas	20
Figura 5. Esquematização do processo preparatório à redação de um relatório de sustentabilidade. ..	22
Figura 6. Categorias do GRI	26
Figura 7. Esquematização da estratégia municipal para a sustentabilidade territorial.	28
Figura 8. Nova esquematização da estratégia municipal para a sustentabilidade territorial, conforme as prioridades.	32
Figura 9. Radar chart modelo a ser aplicado na monitorização periódica de cada ODS.	41
Figura 10. Exemplificação do modelo de avaliação de materialidade proposto a implementar.	48
Figura 11. Proposta da execução sequencial de tarefas que concluem o vetor 1.....	57

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Estrutura inicial do Excel de indicadores de resposta aos ODS.....	29
Tabela 2. Estrutura otimizada do Excel de indicadores de resposta aos ODS.....	35
Tabela 3. Evolução do número de indicadores de sustentabilidade	36
Tabela 4. Estrutura exemplo da folha do documento Excel correspondente ao GRI 200	39
Tabela 5. Estrutura-modelo do Excel de monitorização periódica dos indicadores de ODS e respetivas metas.....	42
Tabela 6. Exemplificação dos inquéritos para avaliação de materialidade.....	47
Tabela 7. Distribuição das tendências de tópicos materiais afirmados no estudo Carrots and Sticks 2020.....	50
Tabela 8. Exemplo da estrutura associativa entre a legislação e o tópico da rede de processos do município de Esposende.....	54
Tabela 9. Exemplificação da estrutura de associação entre indicadores do PNEC 2030 e os indicadores ODS do município.....	55
Tabela 10. Modelo inicial para estruturação da Estratégia Nacional para adaptação às alterações climáticas.....	59

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

APA: Agência Portuguesa do Ambiente

APP: Aplicação (*Application*)

CIM Cávado: Comunidade Intermunicipal do Cávado

GEE: Gases com Efeito de Estufa

GRI: *Global Report Initiative*

ODS: Objetivo(s) de Desenvolvimento Sustentável

ONU: Organização das Nações Unidas

PIB: Produto Interno Bruto

PNEC: Plano Nacional de Energia e Clima

UNGC: *United Nations Global Compact*

1. SUSTENTABILIDADE

O termo sustentabilidade está, de forma comum, relacionado com qualquer ato que promova uma tentativa de redução do impacto ambiental. Todavia, ainda que estas ações desempenhem um papel muito significativo na concretização do termo, a definição de sustentabilidade demonstra-se mais abrangente e de horizontes ambiciosos (Torgal, 2011).

A proximidade dos conceitos ‘desenvolvimento sustentável’ e ‘sustentabilidade’ permite que pela definição do primeiro se obtenha uma possibilidade de definição do segundo. Assim, perante o exposto no Relatório de Brundtland para a definição de desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade surge como a concretização de atos de resposta às necessidades presentes, em diversas matérias, sem que se comprometam as necessidades futuras (APA, 2021b).

Na essência, trata-se de um equilíbrio ideal entre os sistemas naturais, económicos e sociais, num determinado espaço temporal. Nenhum sistema isolado consegue comunicar sustentabilidade. Porém, pelas ilimitadas vias de combinação entre eles, percebe-se a sustentabilidade de um local num tempo (Pearce e Walrath, 2019).

Ainda assim, há outros autores que tem uma visão de sustentabilidade como um conceito ecológico e/ou político. Na sua conceção ecológica, definem sustentabilidade como a capacidade de um ecossistema satisfazer as necessidades das populações que nele vivem. No conceito político, sustentabilidade é a capacidade da sociedade se organizar por forma a garantir o seu sustento através da limitação do consumo face à disponibilidade de recursos naturais, da tecnologia aplicada no uso desses recursos e do bem-estar social (Mariano, 2012). Uma sociedade é então sustentável quando conhece os seus limites de crescimento antecipadamente e promove vias de crescimento alternativas (Pearce e Walrath, 2019).

Durante longos anos definiu-se sustentabilidade com irregularidades, pela carga antropogénica associada à definição até então. Denotava-se a questão da incapacidade de sobrevivência humana pela aplicação de boas práticas sustentáveis (Pearce e Walrath, 2019). Porém, com o decorrer dos tempos compreende-se a falácia descrita, e a sustentabilidade promulga-se como a proteção de todas as espécies. Apenas desta forma são garantidos os sistemas básicos à vida – económicos, sociais e ambientais.

Baumgärtner e Quass (2010a) indicam que pela justiça no tratamento dos recursos naturais se avalia a força da sustentabilidade. Num contexto económico onde se verifica a sobreposição das questões antropogénicas à escassez de bens naturais, assumindo-se facilidade de substituição dos recursos

naturais por produtos Humanos, classifica-se a sustentabilidade como fraca. Por outro eixo de visão, quando as preocupações com a Natureza se impõem na resposta às questões antropogénicas, tendo consciência da escassez dos recursos naturais, considera-se a sustentabilidade forte.

Nos contextos quotidianos atuais orientam-se os objetivos da sustentabilidade para alcance da saúde e da prosperidade, concretizando que apenas com pessoas saudáveis se constrói um planeta saudável, a curto e longo prazo (Pearce e Walrath, 2019). Neste sentido, para fortalecer a aplicação da sustentabilidade e materializar os objetivos projeta-se a alteração de processos lineares por circulares, em benefício das questões sociais, ambientais e económicas (Pearce e Walrath, 2019). É desta transformação gradual nos contextos políticos, culturais, sociais e económicos, que a avaliação da sustentabilidade produz resultados fidedignos e o progresso contínuo decorre (Gomes, 2016).

1.1 Sustentabilidade Social

Em 2000, a ONU elaborou um documento inserido no contexto da cidadania empresarial: o *United Nations Global Compact*. De entre os seus 10 princípios, 6 refletem áreas chaves na organização da sociedade, nomeadamente: 1) Trabalho; 2) Empoderamento feminino e igualdade de género; 3) Crianças; 4) Povos Indígenas; 5) Pessoas com deficiências e 6) Pobreza (UNGC, 2020). Ao serem desenvolvidos meios de resposta a estes princípios, promove-se a sustentabilidade social.

Assim, a sustentabilidade social afirma-se como um ramo da sustentabilidade dedicado ao capital social, à coesão social e à exclusão social (Vallance *et al.*, 2011), articulado em inclusão, empoderamento e promoção da resiliência da sociedade (The World Bank, 2020).

Numa entidade, promover sustentabilidade social é garantir que os direitos humanos são implementados e que se assegura uma avaliação contínua dos impactes negativos ou positivos que uma entidade exerce sobre a sociedade e sobre si mesma. Quando uma entidade pratica a sustentabilidade social beneficia, nomeadamente com a entrada em novos mercados, com a maior retenção de investimentos, com a melhor produtividade e com fontes de inovação. Em reflexo, as comunidades e sociedades ficam mais sustentáveis socialmente e adquirem melhores oportunidades, evitando-se riscos e conflitos (UNGC, 2020).

Os maiores conflitos da sociedade, que atuam como barreiras à implementação da sustentabilidade social, ocorrem em 3 eixos de conflito, como esquematizado na figura 1, nomeadamente: 1) Conflito entre o que as pessoas querem e o que elas efetivamente precisam; 2) Conflito entre o que as pessoas querem e o que é bom para o desenvolvimento sustentável e; 3) Conflito entre o que as pessoas precisam e é bom para o desenvolvimento sustentável (Vallance *et al.*, 2011).

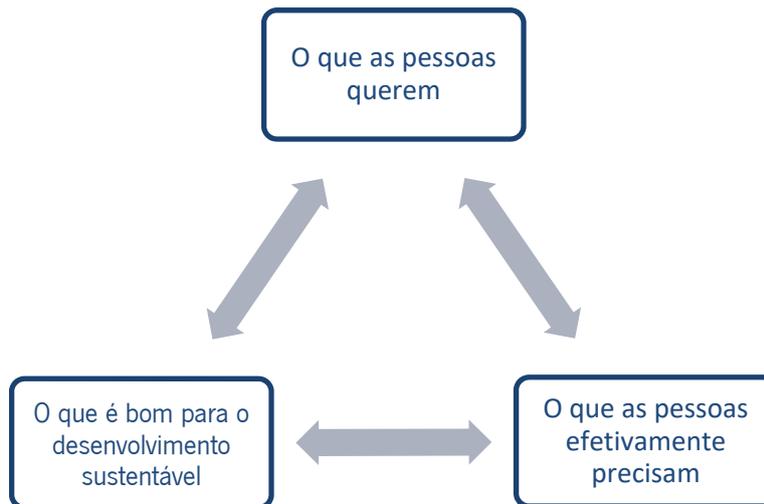


Figura 1. Esquemática da ligação entre os 3 eixos de conflitos sociais (Adaptado de: Vallance *et al*, 2011).

A sustentabilidade social comunitária parte também das entidades e estas não devem apenas avaliar e ser avaliadas nos impactes internos a si. É crucial uma avaliação dos impactes externos à cadeia de valor. Minimizar a ocorrência de conflitos implica que as entidades implementem ações promotoras de sustentabilidade social, em 4 dimensões internas: i) Qualidade de relacionamentos; ii) Envolvimento com *stakeholders*; iii) Moral interna e; iv) Envolvimento com os funcionários (UNGC, 2020). Do mesmo modo, devem também atuar nas 4 dimensões externas: i) Igualdade e diversidade; ii) Qualidade de vida; iii) Coesão Social e Democracia e iv) Governança (Diversity.Social, 2021).

Num estudo publicado em 2011 afirma-se que o processo de implementação de sustentabilidade social numa entidade deve ocorrer segundo as fases esquematizadas na figura 2. Na fase de desenvolvimento a entidade deve identificar as necessidades da sua comunidade (interna e externamente), criar capital social e promover a justiça e equidade. Na fase de transformação deve avaliar a mudança de comportamento e moderar as transições. Por fim, na fase de manutenção deve assegurar que as medidas desenvolvidas se mantêm e respeitam os hábitos e bem-estar dos indivíduos. Em contextos citadinos o processo decorre nos mesmos moldes. No entanto, como refere Chiu em 2003, com base na sua observação da habitabilidade de Hong Kong, para uma boa sustentabilidade urbana são necessárias normas sociais, uma pré-condição social para o desenvolvimento sustentável e uma distribuição equitativa de recursos e oportunidades (Vallance *et al*, 2011).

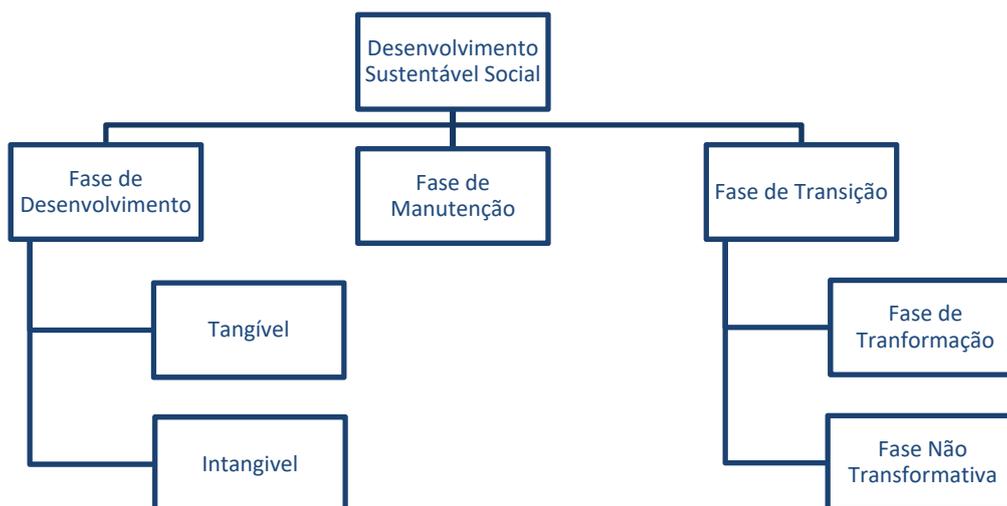


Figura 2. Esquematização do Desenvolvimento Sustentável Social (Adaptado de: Vallance *et al.*, 2011).

Aos “Elementos da sustentabilidade social que podem colidir”, redigidos em 1996 por Campbell, foi acrescentado o tema da habitabilidade, em 2004, por Godschalk.

Por complementação, ambos os autores concluíram que ocorrendo má gestão dos recursos, do desenvolvimento, da propriedade e da habitabilidade não é possível alcançar um bom planeamento urbano. Tal acaba por culminar na inabitabilidade dos locais e conseqüentemente transforma-os em locais inapropriados ao desenvolvimento sustentável social (Vallance *et al.*, 2011).

Assegurar a habitabilidade das cidades, promove-as sustentáveis socialmente. Confere-lhes sociedades inclusivas, resilientes e com cidadãos de voz ativa. Para isso, é imperativo haver oportunidades para todos e empoderamento das populações (The World Bank, 2000).

As comunidades representam um ponto chave da sustentabilidade, como tal emerge o reconhecimento do valor igualitário da sustentabilidade social face à sustentabilidade ambiental e económica. A sua contínua descredibilização poderá colocar todo o processo de sustentabilidade suspenso.

1.2 Sustentabilidade Económica

A economia define-se pela oferta monetária, pela capacidade de gestão de recursos e pelo nível em que um país ou região se encontra em termos de produção de bens e serviços num determinado período de tempo. Numa conceção ampla, a economia circunda os recursos naturais e monetários (BCSD Portugal, 2021). Por este motivo, deseja-se que a economia tenha perspetivas de crescimento e otimização, para responder progressivamente de forma mais eficiente e justa às necessidades humanas.

A sustentabilidade económica define-se assim como uma economia sustentável na qual há uma boa gestão dos interesses humanos e da natureza, preservação dos interesses das gerações futuras, e a promoção da justiça e eficiência no contexto cotidiano (Baumgärtner e Quass, 2010).

Tal como a sustentabilidade social, a sustentabilidade económica pode ser avaliada no contexto interno e externo da entidade. Na perspetiva interna de uma entidade, considera-se sustentabilidade económica quando a entidade é capaz de introduzir modificações na atividade, na estrutura económica e na organização interna, com o objetivo de alcançar o bem-estar máximo. Neste sentido, a entidade gera riqueza, promove emprego digno e capacita-se de ser sustentada pelos recursos disponíveis. Os seus serviços e produtos são a fonte principal de financiamento. Ao ser fragmentada esta fonte, a entidade deve garantir como prioridade o autossustento, as condições salariais justas, os pagamentos a fornecedores, as infraestruturas que promovam uma boa qualidade do local de trabalho e o cumprimento de deveres legais. Deste modo estará a promover a sustentabilidade interna com reflexos na sustentabilidade económica e social externa.

Simultaneamente, pela união das várias entidades e das suas atividades, verifica-se a impregnação da economia de um determinado local. Empresas e outras entidades promovem empregabilidade e conferem aos trabalhadores o poder financeiro de compra. Os trabalhadores, posteriormente, investem noutro serviço, apoiando a empregabilidade de outros setores. Deste pequeno ciclo entendesse que o trabalhador de uma entidade é o cliente de outra entidade e a base para a economia funcionar estabelece-se e o impacte na sustentabilidade económica externa de uma entidade.

Porém o processo económico não decorre linearmente. Tal como o autor van den Bergh alerta, as decisões atuais provocam consequências futuras e, como tal, o processo de compra e venda tem de ser pensado devido às suas externalidades dinâmicas e intemporais, caso contrário não haveria o problema da (in)sustentabilidade. As externalidades não têm de ser necessariamente malignas e provocarem um custo às entidades que não estão envolvidas nas atividades promotoras da externalidade. As externalidades podem também ser positivas e oferecerem benefícios para entidades externas àquelas que desenvolveram a atividade da externalidade (Baumgärtner e Quass, 2010a). Todavia, apesar de ambas colocarem variáveis aos processos económicos, o que produz insustentabilidade são as externalidades negativas, que afetam além da sustentabilidade económica, a sustentabilidade social e ambiental.

Evitar estas externalidades desperta a necessidade da aplicação prática de termos como: contabilidade verde, mercado justo e hábitos de consumo.

A contabilidade, em termos globais, é considerada nos dias correntes, como facilmente manipulável, o que é conducente de valores de mercado desequilibrados. Uma contabilidade verde garante, pelo reverso, uma distribuição homogênea de riquezas, perante os contextos e necessidades sociais. Ao mesmo tempo, mantém alerta a escassez de recursos naturais, pelo que só permite serem aplicados em contextos de elevada prioridade. Validar esta contabilidade implica também serem desenvolvidas análises às bases que movimentam a economia, nomeadamente o poder de compra e a quantidade disponível de um consumidor em investir num bem ou serviço (Baumgärtner e Quass, 2010a).

Com um mercado justo a apoiar a contabilidade verde permite-se a evitar o efeito da eficiência de Pareto. Este corolário defende que os recursos não podem ser realocados por meio a criar benefícios a um indivíduo, sem provocarem uma desvantagem em pelo menos um outro indivíduo (Baumgärtner e Quass, 2010b). Um exemplo prático deste corolário é o *dumping*.

O *dumping* define-se como um mecanismo de exportação de um produto com valor inferior ao normal apresentado no mercado. Pode classificar-se como *dumping* produtivo, *dumping* social e *dumping* ambiental. No *dumping* produtivo reduz-se a mão de obra e custos finais, ao investir em tecnologias não limpas que promovem mais produtividade. Em consequência visualiza-se o *dumping* social. O *dumping* social expressa a exploração da mão de obra e o incumprimento pelos direitos do trabalhador, em virtude de a entidade baixar os custos com a produção e elevar a competitividade. Por fim, o *dumping* ambiental desrespeita as normas ambientais, provocando a baixa qualidade do ambiente com as suas atividades nefastas. O mecanismo de *dumping* é maioritariamente verificado em países e/ou economias em desenvolvimento o que reflete a necessidade extrema de trabalho em comunidade, para que a partilha de tecnologias limpas e boas práticas produtivas extingam estes pensamentos produtivos (Amaral e França, 2012).

Complementarmente, este esforço comunitário parte da redução de hábitos de consumo. Os hábitos individuais de consumo, quando melhorados articuladamente, produzem impactes comuns maiores. Na atualidade, o consumismo introduz no comportamento humano hábitos compulsivos, a diminuição da autocritica e o sentido de lazer, transmitindo a ideia errada de dever (Mariano, 2012).

Dois autores a certo momento observaram que o consumo em excesso faz sobressair as desigualdades de distribuição de bens. Deste efeito resultam conflitos e disputas na sociedade conducentes de problemas sociais e ambientais (Mariano, 2012).

Na continuidade é perceptível que com a dedicação das comunidades no combate ao elevado consumismo, ao *dumping* e à contabilidade desequilibrada, os territórios e as suas entidades reforçam-se na sustentabilidade económica.

1.3 Sustentabilidade Ambiental

A crise mundial pode ser explicada pela relação que os Humanos mantiveram com a Terra nos últimos séculos. Uma relação de domínio, de não reconhecimento e da falta de cuidado (Caldeira, 2012). Porém, esta realidade ainda não se distanciou o suficiente dos pensamentos quotidianos. Nos dias atuais, muitos países mantêm a posição de incumprimento na proteção do meio ambiente. A razão principal advém de interesses económicos do país. A imposição de medidas de proteção do meio ambiente implica a perda de competitividade e os estados não se permitem a dimensionar o impacto económico no comércio internacional, logo preferem incumprir (Flores, 2012).

É inevitável que o crescimento exclusivamente económico convirja para um colapso. Os recursos naturais tendem a escassear e o aquecimento global ascende, o que orienta o planeta para uma extinção massiva de espécies, inclusive a humana. Como resultado das desmedidas atividades antropogénicas resulta a redução da densidade populacional, do acesso à água, da biodiversidade, do ar de qualidade, entre outros (Flores, 2012).

A sustentabilidade ambiental é, assim, um ponto chave no desenvolvimento humano e na implementação de políticas e ações. O seu alcance garante uma exploração ponderada dos recursos naturais e assegura o equilíbrio dos ecossistemas (Arora, 2018).

As políticas de sustentabilidade ambiental promovem um meio ambiente seguro e saudável, em maioria para benefício humano. No entanto, são os humanos quem mais contribuem para a destruição do que pretendem proteger. Questões antropogénicas, como a crescente densidade populacional e consequentes atividades humanas, são as maiores preocupações no combate ao consumo desmedido de recursos naturais (Arora, 2018).

As Nações Unidas, a certo momento, afirmam que as atividades antropogénicas provocaram a extinção de espécies animais e vegetais a uma taxa 100 vezes maior do que ocorreria naturalmente. Possíveis causas deste cenário são por exemplo a agricultura massiva, a poluição do ar e a produção de resíduos (Arora, 2018).

Em 2050, estima-se que 50 % dos solos estejam em condições de seca (Arora, 2018). Essencialmente, estes solos emergem de consequências do aquecimento global, que conduz a solos menos hidratados. Todavia, também os químicos utilizados na agricultura massiva, produzidos em grandes quantidades, levam a uma menor quantidade de nutrientes do solo, contribuindo para a vulnerabilização do mesmo e resultante degradação (Arora, 2019). Como consequência a alimentação emerge a insegurança e a potabilidade da água fica ameaçada pela lixiviação dos químicos agrícolas para os depósitos das águas subterrâneas.

Em peioração alia-se ainda a produção de resíduos. A deposição de resíduos em aterros, e em terrenos inapropriados à deposição, produz um veículo de poluição de meios aquáticos e degradação de solos pelos elevados níveis de lixiviação consequentes.

Num horizonte a 30 anos, a produção de resíduos municipais estima-se que atinja valores na ordem dos 27×10^9 t de resíduos municipais. A cada minuto aumentará a quantidade de resíduos não degradáveis, colocando em questão a segurança da cadeia alimentar. O *Great Pacific Garbage Patch* é um exemplo claro e assustador das proporções que a produção de resíduos tem vindo a contribuir para o desequilíbrio dos ecossistemas. Este aglomerado é composto por uma grande massa de plásticos que flutuam no Oceano Pacífico com uma área de 16×10^6 km² (Arora, 2018).

Desde 1970 tem-se vindo a aumentar a produção de plástico. No início da década de 70 a produção era similar a 50×10^6 t anuais. No ano de 2019 verificou-se um aumento exponencial, registando-se 348×10^6 t (Arora, 2019). Estes valores refletem indubitavelmente uma fonte de preocupação ambiental, por todas as possibilidades de poluição e degradação que daqui possam advir.

No quinto relatório de avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas as maiores causas de gases com efeito de estufa identificadas provem de atividades antropogénicas. Cerca de $\frac{2}{3}$ do emitido resulta da queima de combustíveis fósseis, como por exemplo o que ocorre nas indústrias de plástico, e $\frac{1}{3}$ da agricultura. O crescente aumento dos gases com efeito de estufa, nomeadamente o CO₂, converge para um albedo desequilibrado, logo inevitavelmente um aquecimento global ocorre. Em retoma do apontando até então como grandes preocupações ambientais compreende-se o ciclo envolvido na sustentabilidade ambiental. Quanto maior a temperatura da superfície da Terra, maior a seca dos solos, mais desnutrição, mais riscos na cadeia alimentar, mais atividades de aumento de emissões de GEE, etc. (Arora, 2019).

Assim, a sustentabilidade ambiental deve atuar sobre todas as variáveis ambientais. Entre as várias formas de atuação podem destacar-se as estratégicas como: promoção de empregos em produtos verdes; uso de métodos biológicos na resolução dos desequilíbrios; uso de biopesticidas e biofertilizantes, bem como biocombustíveis; produção de bioplásticos e biofiltros e promoção de avanços biotecnológicos na segurança alimentar e energética.

É essencial que em primeiro plano as entidades e empresas utilizem pelo menos um sistema de gestão ambiental.

A gestão ambiental procura exprimir a razão entre a oferta do meio ambiente e a procura das atividades. Sempre que a razão demonstre um desequilíbrio é imperativo reorganizar o modelo de gestão.

O sistema de gestão ambiental fornece à gestão de topo informação que apoia a tomada de decisões, tendo em consideração a avaliação do impacto das atividades no meio ambiente, e vice-versa. Em adição, garantir o cumprimento das obrigações de conformidade, a melhoria do desempenho ambiental, as otimizações de utilização ao longo do ciclo de vida, e ainda a comunicação sobre as temáticas ambiental com os *stakeholders*, são também matérias a incutir no seio de uma entidade aquando da execução de um sistema de gestão ambiental, segundo afirma a norma EN NP ISO 14001:2015.

As entidades públicas e as autoridades locais, pelo *role model* que desempenham para os seus munícipes, são os principais veículos da promoção da sustentabilidade ambiental. O seu modelo de gestão ambiental compõe uma importante ferramenta de gestão comunitária, pois neste constam os desenvolvimentos, implementações e execuções das políticas de sustentabilidade mais impactantes ambientalmente para a região.

Com as políticas desenvolvidas pela gestão ambiental, as entidades e autoridades locais facilitam igualmente a avaliação do risco ambiental que influencia a economia, sociedade e política. Em resultado, identificam-se as necessidades de desempenho ambiental e resiliência na resposta aos problemas ambientais (De Matteis, 2020).

Garantidamente, caso o processo de sustentabilidade se desenrole nestas linhas de ações, mais eficiente e impactante serão os efeitos decorrentes. Adicionados os pequenos passos das várias entidades, a melhoria significativa na qualidade planetária repercute-se, e o sucesso do desenvolvimento sustentável concretiza-se.

2. SUSTENTABILIDADE NO CONTEXTO (INTER)NACIONAL

Os primeiros sinais de preocupação com a sustentabilidade e desenvolvimento sustentável mundial ocorrem na década de 60. Um notável instituto tecnológico americano apresenta a um clube italiano de debate político, social e ambiental, por via de um relatório científico, as possíveis consequências futuras planetárias decorrentes das ações e idealizações antropogénicas atuais à data. Neste sentido, em 1972 realizou-se a Conferência de Estocolmo. Nesta conferência procuram-se soluções ao exposto no relatório, em especial face às temáticas de poluição aérea e chuvas ácidas. A conferência registou a presença de 113 países e centenas de organizações intergovernamentais e não governamentais (Mariano, 2012). De entre os países presentes Portugal destacou-se como um dos participantes. É neste evento que se iniciou a história de Portugal com a sustentabilidade.

A declaração da Conferência de Estocolmo instituiu o direito aos Estados de explorarem os seus próprios recursos de acordo com a sua política ambiental. Neste sentido, Portugal desenvolveu em 1974 um projeto de lei que viria a traduzir-se nas primeiras Lei de Bases do Ambiente. Com esta documentação o país demonstrou o seu interesse em prosseguir com a preservação ambiental mantendo, contudo, o seu desenvolvimento (APA, 2021c).

Ainda assim, as condições estabelecidas em Estocolmo não agradaram a todos os presentes. Divergência de opiniões entre países desenvolvidos e não desenvolvidos, em matéria relativa à recomendação de prescindir de atividades de desenvolvimento pouco promissoras de sustentabilidade, levantaram a necessidade de revisão do determinado (Mariano, 2012).

Assim, em 1983, a pedido do Secretário-Geral das Nações Unidas, a Senhora Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra da Noruega à data, presidiu a comissão independente que elaborou um relatório sobre ambiente e desenvolvimento – o Relatório de Brundtland, apresentado em 1987. É neste relatório que se redefiniram as questões de desenvolvimento e se afirmou a definição de desenvolvimento sustentável, inalterável até aos dias de hoje. Desenvolvimento sustentável passou então a ser definido como um processo em que se promove a resposta às necessidades atuais sem comprometer a resposta às necessidades futuras (APA, 2021b).

Posteriormente, esta definição divulgou-se importante para os princípios instaurados na Conferência do Rio, em 1992. No sentido de reafirmar a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, impulsionando a continuidade da mesma, desenvolveram-se os 27 princípios. Os princípios apontaram na sua maioria questões sobre preocupações ambientais. No entanto destacou-se também a importância de se lidar com questões sociais como a pobreza, o empoderamento das mulheres, a voz ativa os jovens, o término das guerras e ainda o apoio aos países em desenvolvimento, em virtude de promover o tratamento global das barreiras que não permitam o alcance da sustentabilidade (APA, 2021b).

Para além destes princípios foram ainda concretizados mais documentos. De entre esses, a Agenda 21 estabeleceu-se como o documento mor, por expor programas que a sociedade internacional teve de ter em conta para prosseguir com o desenvolvimento sustentável, englobando as suas diversas vertentes.

Portugal, em relação à Agenda 21, transmitiu a mensagem a um dos autores consultados, em 2000, de que não exerceria funções para o seu cumprimento enquanto nação. Contudo, o mesmo autor apurou que tal se tenha devido às questões constitucionais que atribuem autonomia às autarquias locais. Desta maneira estas teriam a possibilidade e liberdade de escolha em implementar os

referências normativas nos seus territórios, sem ser algo imposto pela legislação nacional (Da Costa, 2000).

O contrário veio comprovar-se em 2007. Com a criação da associação atualmente responsável pelas temáticas ambientais em Portugal, desenvolveu-se o Guia Agenda 21 Local. Neste são expostas normas para a implementação da Agenda 21 nos sistemas de sustentabilidade local. Tal ferramenta demonstrou assim o interesse mantido por Portugal em preservar o meio ambiente, a circundante social equilibrada e o bem da economia nacional, instruindo as autarquias em como realizá-lo (Da Costa, 2000).

Reforçando o conteúdo infra, já anteriormente tal hipótese formulada pelo autor teria sido corroborada em 1997 com a ratificação de Portugal do Protocolo de Quioto. Anos mais tarde repete-se com a assinatura do Acordo de Paris.

Todos estes eventos foram cruciais no combate à poluição e na procura do desenvolvimento ambientalmente mais sustentável. Portugal com a sua participação em diversos eventos com a temática ambiental como assunto principal, espelhou um país atento desde cedo ao combate das problemáticas ambientais.

Todavia, não é apenas nas questões de sustentabilidade ambiental internacionais que Portugal tem estado presente de forma assídua. Também as questões sociais e económicas são determinantes, ainda que com um histórico participativo menor e menos impactante.

O *Social Progress Index* é um estudo que avalia num determinado período de tempo a acessibilidade dos cidadãos aos serviços básicos como a educação, nutrição, saúde, entre outros. No *Social Progress Index 2018*, Portugal classificou-se como o 24.º país mais socialmente sustentável. Na categoria a que pertence, constituída por países com PIB semelhante, ocupou o 2.º lugar (Delloite, 2021). Em 2020 segundo o mesmo estudo, em termos temporais diferenciados, Portugal alcançou a posição 21.º no ranking. O que lhe atribuiu esta classificação envolveu-se com a boa prestação do país em qualidade ambiental e direitos pessoais. A melhorar, Portugal necessitaria de integrar indicadores associados à educação e inclusão (Renascença, 2020).

No ano 2007 foi realçado no jornal *The Economist* que a economia de Portugal na Europa se destacava de entre os vários países, pelas piores das razões. Desde 2000 que Portugal vinha a ser ultrapassado em termos de PIB per capita por países como a República Checa, Malta, Grécia e Eslovénia, sendo que em 2006 o seu crescimento de PIB representou o mais baixo da Europa (*The Economist*, 2007).

Pelo *IMD World Competitiveness Ranking 2020*, Portugal ocupou o lugar de 37.º de país mais competitivo. A análise indutora dos resultados avaliou fatores como o desempenho económico, a eficiência das empresas, as infraestruturas e o Governo. Pela sua mão-de-obra qualificada, custo de oportunidade e estabilidade das infraestruturas Portugal assentou a sua sustentabilidade económica (Expresso, 2020).

Em análise geral ao país, observa-se em Portugal um percurso efetivamente demarcado pela presença na resolução de questões de sustentabilidade ambiental e uma baixa atividade de resposta às questões da sustentabilidade social e/ou económica.

Porém, Portugal está atento a estas falhas, e por isso foi redigindo constitucionalmente diversas leis e programas que apoiam as vertentes do desenvolvimento sustentável. Vários destes diplomas são aplicáveis aos municípios, e permitem a liberdade municipal de cada município agregar ao que é nacional matérias de interesse sustentável às suas ações quotidianas. Atualmente, várias notícias demonstram o resultado desta agregação que atribui aos municípios portugueses distinções de mérito pelo que implementam.

2.1 Municípios e Sustentabilidade

As cidades funcionam como sistemas abertos dinamizados por diversos atores sociais que, em diferenciados estádios temporais e espaciais, interagem. Destas interações resultam realidades díspares em termos morfológicos, demográficos e funcionais (Direção-Geral do Território, 2015).

Por base nestas diferenças alicerçam-se as necessidades. Logo, para colmatar o requerido as atividades económicas tendem a instalarem-se nas cidades. Nesse sentido, também a densidade demográfica acresce, pois, a aproximação aos serviços e a maior oferta de empregabilidade revelam elevada importância na decisão de escolha de uma habitação.

Traduzindo, as cidades são hoje o palco da maior atividade económica e maior concentração de população. Em consequência, é nas cidades que se concentra uma maior riqueza territorial e um maior potencial de crescimento económico, de inovação, de empregabilidade e competitividade. Associado ao crescimento está um claro investimento. Na última década registou-se investimento principalmente em infraestruturas e na reparação dos seus défices. Todavia, este investimento foi desmedido e produziu uma ocupação urbana excessiva, com problemas de sustentabilidade e eficiência (Direção-Geral do Território, 2015).

Em 2050 estima-se que $\frac{2}{3}$ da população habite em espaços urbanos. Este facto pode, por conseguinte, aumentar o número de atividades não reguladas em cidades o que acrescenta às cidades um encargo de responsabilidade por problemas ambientais complexos (Barros, 2010).

Em acréscimo, divergências sociais, ambientais e económicas existentes em meio urbano, influentes no estado da coesão social e no decréscimo da qualidade de vida acentuam-se. Para que se extingam é inevitável o estabelecimento de políticas orientadas e uma análise frequente aos contextos comunitários (Direção-Geral do Território, 2015).

Tal pode ser conseguido pela orientação administrada pelos documentos normativos apresentados em Portugal no ano de 2020. A anteceder cada um destes documentos existe uma base de estudos dos contextos das cidades, que permite a precisão de atuação e efeitos nos respetivos territórios. De entre vários diplomas a Estratégia Nacional para a Educação Ambiental, Cidades Sustentáveis 2020 e o Plano Nacional de Energia e Clima 2030 representam nos próximos anos um papel muito importante na orientação municipal e nacional. Porventura, o acolhimento e aplicação de qualquer um deles não retira aos municípios a liberdade de adquirirem e seguir as normas internacionais de sustentabilidade, como é o caso da Agenda 2030.

Estratégia Nacional para a Educação Ambiental

Em 1975, na Conferência de Belgrado, redigiu-se a Carta de Belgrado. No seu primeiro parágrafo transcreve-se que: “A nossa geração foi testemunha de um crescimento económico e progresso tecnológico sem precedentes, os quais (...), tiveram, em contrapartida, repercussões nefastas sobre a sociedade e o ambiente. A desigualdade aumenta entre ricos e pobres, entre nações e mesmo dentro de cada nação, e é manifesto que, em certos pontos, o ambiente físico se degrada cada vez mais à escala mundial. (...)”. É perceptível, pelo excerto transcrito, uma ligação direta entre a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade social. Não se verificando condições sociais justas, torna-se irreal desejar condições ambientais equilibradas. Qualquer ser humano que sofra de escassez de bens essenciais como a saúde e a alimentação não tenderá a preservar pelo bem ambiental Neste sentido, a Conferência de Belgrado manifestou a importância da educação ambiental como uma ferramenta para contrariar o identificado anteriormente. A educação ambiental deve considerar o ambiente como a globalidade ecológica, política, económica, tecnológica, social, legislativa e cultural. Tendo como referência esta, e outras informações internacionais sobre a educação ambiental, Portugal desenhou, com base na sua cultura, a Estratégia Nacional para a Educação Ambiental. Esta estratégia engloba 16 medidas distribuídas por 3 objetivos estratégicos: 1) Educação Ambiental mais transversal; 2)

Educação Ambiental mais aberta e; 3) Educação Ambiental mais participada. Os seus pilares centrais são descarbonizar a sociedade, tornar a economia circular e valorizar o território. De entre os seus 5 princípios, destaca-se o princípio 4 – Educar para a sustentabilidade. Este princípio reflete como a educação ambiental contribui para a sustentabilidade geral. Por incrementação de processos duráveis entre as várias forças sociais e económicas, conjugado com a criação de valores e políticas aplicáveis às ações diárias, individual ou coletivamente, dá-se o equilíbrio da balança social, ambiental e económica. Portugal concretizou nesse diploma a ligação entre os vários eixos sustentáveis e estabeleceu assim a estratégia que as alcança de forma unitária (APA, 2021c).

Cidades Sustentáveis 2020

Para tratamento dos problemas associados à crescente atividade económica e à exponencial densidade populacional nas cidades, surge a emergência de gerir mais eficientemente os recursos territoriais. Os municípios necessitam de serem mais resilientes e adaptativos às consequências futuras das ações atuais. Para tal, agir desde já com a promoção de um desenvolvimento territorial mais sustentável e inteligente é fulcral. Nesta sequência foi disponibilizado aos municípios normas para a sustentabilidade urbana. Convergem temas de desenvolvimento económico, inclusão social e educação, no documento Cidades Sustentáveis 2020, normativo para os municípios portugueses. É um documento escrito sob 4 eixos estratégicos, designadamente: 1) Inteligência e Competitividade; 2) Sustentabilidade e Eficiência; 3) Inclusão e Capital Humano e; 4) Territorialização e Governança Com a atuação nestes eixos o documento projeta cidades mais justas, resilientes, conectadas, saudáveis, inclusivas e prósperas. Para mesurar o seu objetivo, foi desenvolvido um Índice de Sustentabilidade Urbana (ISU), que permite categorizar as cidades em termos sustentáveis. Dos resultados constrói-se um quadro de *benchmarking* dinâmico. O uso deste índice por parte das cidades auferi-lhes a possibilidade de criarem indicadores consistentes, integrar dados estatísticos comparativos e resultantes de fontes variadas, do mesmo modo que lhes percebe em quais áreas devem depositar mais atenção. Do cumprimento das normas neste documento, as cidades permitem-se a atingir mais celeremente a sua sustentabilidade global, e a nível nacional o processo decorre de forma homogênea (Cavaco *et al.*, 2015).

Plano Nacional de Energia e Clima 2030

Como indicado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho, que aprova o Plano Nacional de Energia e Clima 2030, a Comissão Europeia, tendo em vista o cumprimento do

Acordo de Paris e, simultaneamente, salvaguardando o crescimento económico e a criação de emprego, criou uma série de pacotes estratégicos que visam dar resposta às diferentes áreas. De entre os demais destacam-se o Pacote Energia Clima 2030, o Pacote Europa em Movimento e o Pacote Energia Limpa para todos os Europeus, que têm como objetivo promover a transição energética entre 2021 e 2030. Da concretização do Pacote Energia Limpa para todos os Europeus, resultou o Regulamento da Governação da União da Energia e da Ação Climática. Este provisiona nos Estados-Membros a apresentação de um Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC) para o horizonte 2021 a 2030. O plano deve descrever um conjunto de metas, objetivos e respetivas políticas e medidas em matéria de descarbonização, emissões de GEE, energias renováveis, eficiência energética, mercado interno e investigação, inovação e competitividade e ainda uma abordagem clara para o alcance das metas e objetivos definidos, a serem revistos em 2023. Assim, para que o PNEC descreva uma caracterização da situação existente em Portugal em matéria de Energia e Clima, o documento decorre em função das cinco dimensões previstas no Regulamento: 1) Descarbonização; 2) Eficiência Energética; 3) Segurança Energética; 4) Mercado interno da energia e investigação; e 5) Competitividade. A aplicação das orientações nacionais deste documento conduz as cidades a uma rota sustentável e ambientalmente mais equilibrada, do mesmo modo que contribui para a Agenda 2030 e os seus objetivos, nomeadamente o ODS 7 e o ODS 11.

2.1.1 Município de Esposende e Sustentabilidade

A Norte, na região minhota, localiza-se o município de Esposende, o único concelho litoral do distrito de Braga. Ocupa um território de 95 km² composto por 9 freguesias nomeadamente Antas, Forjães, Vila Chã, Gemeses, União de Freguesias de Belinho e Mar, União de Freguesias Esposende, Marinhas e Gandra, União de Freguesias de Apúlia e Fão e União de Freguesias Fonte Boa e Rio Tinto, totalizando 35 mil habitantes. Na Época Balnear pode chegar aos 90 mil habitantes (Manual de Gestão, 2018).

É um território atravessado pelos Rios Neiva e Cávado, limitado a norte por Viana de Castelo, a sul pela Póvoa de Varzim e a nascente por Barcelos. Tem como principais atividades económicas a agricultura, a pecuária e os serviços turísticos (Manual de Gestão, 2018).

A principal função do município é servir a sua comunidade e como tal, objetiva prestar serviço público de qualidade, através da missão de satisfazer as necessidades dos munícipes, proporcionando-lhes qualidade de vida. Para isso, implementa na gestão interna e nos serviços ao munícipe os pilares que compõem a Política de Gestão do município, nomeadamente: 1) Serviços de qualidade; 2) Segurança

da Informação; 3) Sustentabilidade Ambiental; 4) Segurança e Saúde no Trabalho e 5) Melhoria Contínua (Manual de Gestão, 2018).

Os valores adotados pela entidade refletem o objetivo e alimentam a Política de Gestão. De entre os vários destaca-se o seguinte, pela base importante que desempenha na redação do trabalho presente neste documento: “Respeito pelo meio ambiente, pela preservação dos recursos naturais e criação de condições de desenvolvimento sustentável, nomeadamente a utilização sustentável dos recursos naturais, designadamente energia e água, a prevenção da poluição, a adequada gestão de resíduos e a promoção de políticas de economia circular” (Manual de Gestão, 2018).

Para articular e concretizar este e outros valores, surge a necessidade de criar projetos e entidades que auxiliem o trabalho executado e procurem a permanente melhoria contínua.

A empresa municipal Esposende Ambiente, fundada em 2005, é responsável pela coordenação ambiental do município, nomeadamente gestão das águas residuais e pluviais, gestão dos resíduos urbanos, gestão dos espaços verdes, fiscalização ambiental, educação ambiental e ainda, reabilitação do património. Esta empresa destaca que a sua prioridade no desenvolvimento de ações é assegurar o desenvolvimento sustentável, englobando ao ambiental as questões de responsabilidade social e as questões financeiras (Esposende Ambiente, 2020a). A exemplo, que valida o descrito, é a certificação da sua sede em 2011 com a distinção de Edifício CarbonoZero[®] (Esposende Ambiente, 2020b).

Por comparação e com o foco em expandir esta distinção, o município tem vindo também a delinear várias estratégias para os seus edifícios, como o Plano Estratégico de Sustentabilidade Energética. Este plano decorre sobre a alçada de 8 programas de gestão energética e 6 objetivos estratégicos, que abrangem temas desde o aumento da eficiência energética nos edifícios municipais ao garantir a sensibilização e compreensão de todos os munícipes sobre esta temática (Município de Esposende, 2011).

Conscientes de que a sustentabilidade ambiental se alcança também com a promoção da sustentabilidade social e financeira, num olhar sobre a área social, o município desenvolveu o projeto Rede Social pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro, que pretende erradicar a pobreza e a exclusão social. No Plano de Desenvolvimento Social redigem-se 5 princípios. Pela potencialização dos recursos endógenos na criação de microeconomias de inclusão, pela asserção de um ecossistema simbiótico de inovação que divulgue empregabilidade e empreendedorismo, pela demarcação da rede pela inovação metodológica na intervenção, pela novidade e experimento em novas respostas e pela aquisição de novos patamares de qualificação e

educação de excelência, a entidade elenca os seus objetivos e coloca o município num patamar mais sustentável socialmente (Câmara Municipal de Esposende, 2016).

Em termos de sustentabilidade financeira o município denotou pelo Relatório de Gestão da Câmara Municipal de Esposende 2019 que, apesar de todos os projetos implementados, habitações e edifícios revitalizados, investimento em formações e salários, o concelho de Esposende destacou-se ainda pela sua sustentabilidade financeira garantindo proveitos superiores aos custos e uma taxa de solvabilidade crescente (Relatório de Gestão, 2019). Em virtude disso, no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2019, o município de Esposende caracterizou-se como o segundo melhor município do Norte, em termos financeiros, na sua categoria (Câmara Municipal de Esposende, 2020).

É, portanto, notório que o município demonstra, pela criação de empresas e projetos promotores do bem-estar municipal e sustentabilidade do território, um claro interesse em que os seus serviços acorram às necessidades dos munícipes e às do seu meio envolvente. Promover a sustentabilidade em todos os seus eixos no concelho e prosseguir também as linhas orientadoras dos documentos nacionais para o desenvolvimento sustentável, promovendo igualmente uma melhoria em território nacional, são também exemplos práticos do interesse em desenvolvimento sustentável contínuo do município.

3. AGENDA 2030 – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Agenda 21, redigida em 1992 na Conferência do Rio, e os Objetivos do Milénio, estabelecidos na Conferência do Milénio em 2000, compõem as bases para a Agenda 2030. Ainda que os documentos se dispersem nas matérias que tomam como assuntos a tratar, ambos coincidem no espaço temporal em que se aplicam. Portanto, em 2002, na Conferência Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, redigiu-se a Declaração de Joanesburgo. Com esta declaração conjugou-se os dois documentos referidos. Passa, deste modo, a ser só uma a base para a Agenda 2030 – a Declaração de Joanesburgo (United Nations, 2021a).

Com a aproximação do ano 2015 há a necessidade de se rever o implementado, otimizar o realizado e colmatar o indeferido. Deste modo, em 2012 na Conferência Rio+20 deu-se a deliberação para o desenvolvimento da Agenda 2030, em virtude de complementar e dar continuidade às ações ocorridas no passado. Em 2013 houve a proposta primária dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que compõem a Agenda 2030, e passados dois anos de consulta e alterações, em setembro 2015, os objetivos foram afirmados, como a estrutura expressa na figura 3, bem como outros documentos

auxiliares à sua implementação nomeadamente a Estrutura de Sendai para Redução do Risco de Desastres, a Agenda de Ação de Adis Abeba em Financiamento para o Desenvolvimento e o Acordo de Paris para as Alterações Climáticas (United Nations, 2021a).

- 1) **Erradicar a pobreza**
 - Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
- 2) **Acabar com a fome**
 - Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.
- 3) **Saúde de qualidade**
 - Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
- 4) **Educação de qualidade**
 - Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
- 5) **Igualdade de género**
 - Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas.
- 6) **Água potável e saneamento**
 - Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos.
- 7) **Energias renováveis e acessíveis**
 - Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos.
- 8) **Trabalho digno e crescimento económico**
 - Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos.
- 9) **Indústria, inovação e infraestruturas**
 - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
- 10) **Reduzir as desigualdades**
 - Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.
- 11) **Cidades e comunidades sustentáveis**
 - Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.
- 12) **Produção e consumo sustentável**
 - Garantir padrões de consumo e produção sustentáveis.
- 13) **Combate às alterações climáticas**
 - Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactes.
- 14) **Proteger a vida marinha**
 - Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
- 15) **Proteger a vida terrestre**
 - Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas e combater a desertificação.
- 16) **Paz e justiça**
 - Promover sociedade pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.
- 17) **Parcerias para a implementação dos objetivos**
 - Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Figura 3. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (Adaptado de: BCSD, 2021).

Os ODS atuam como um conjunto de objetivos, metas e indicadores, novos e universais a serem utilizados pelos membros das Nações Unidas no decorrer das suas ações e desenvolvimento de políticas (The Guardian, 2015).

A sua estrutura basilar são 17 objetivos, integrados e indivisíveis, sendo que do primeiro ao sexto provêm dos Objetivos do Milénio e, do sétimo ao décimo sétimo surgem como novos objetivos, de abordagem a novas problemáticas na sociedade. No conjunto, os 17 objetivos, observáveis na figura 3, somam 169 metas, distribuídas assimetricamente pelas temáticas sociais, económicas e ambientais (Hák *et al.*, 2016).

O desenvolvimento desta agenda foi da responsabilidade de um grupo de representantes de 70 países. O processo, inovador por comparação com o desenvolvido até à data, recorreu à consulta pública em diversas formas. Houve consulta sobre 11 temáticas a 83 consultoras públicas, bem como questionários: um destinado aos *stakeholders* e um disponibilizado na *internet* para que os interessados na temática respondessem e priorizassem as áreas temáticas (The Guardian, 2015).

Do resultado da consulta surgiu um desenvolvimento da agenda sobre os 5P's: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias. Nas pessoas estão em enfoque os objetivos relacionados com a pobreza, fome, dignidade, igualdade e saúde. No geral, fatores sociais. No planeta debruça-se as questões de consumo e produção sustentável, do mesmo modo que emerge a preocupação com as alterações climáticas e suas consequências. O quadrante prosperidade apela à vivência humana com desenvolvimento económico, social e tecnológico em harmonia com a natureza. Por fim o eixo da paz, tal como o próprio nome indica, promove a paz, através da libertação da população do medo e da violência e, o eixo das parcerias visa mobilizar e revitalizar as cooperações construídas para alcançar os objetivos, aumentando a solidariedade, de modo a aumentar o foco sobre os pobres e mais vulneráveis com a garantia da participação de todos nesta caminhada (United Nations, 2021b).

O principal compromisso desta Agenda é afirmar que ninguém fica para trás. Por isso, os responsáveis por desenvolver a Agenda comprometeram-se a estruturá-la de forma a ser aplicada a qualquer país. Descartam-se condições de desenvolvimento ou cultura como requisitos para a sua implementação. Os objetivos são assim inclusivos e facilmente aplicáveis (United Nations, 2021b).

O desenvolvimento sustentável associa-se naturalmente aos aspetos sociais, económicos e ambientais, como foi descrito, pela ligação direta que tem com a sustentabilidade. No entanto, há outros aspetos que ressaltam, direta ou indiretamente, com o decorrer do desenvolvimento, como é o caso dos termos 'economia verde', 'sociedade verde', 'crescimento inclusivo', 'desenvolvimento inclusivo' e 'crescimento verde'. De um estudo realizado em 2016, compreendeu-se que o mais importante de

todos os termos, trata-se do desenvolvimento inclusivo. A aplicação deste termo conduz a uma união na prossecução dos ODS (Gupta e Vegelin, 2016).

A temática inclusão deve incidir sobre aspetos do desenvolvimento sustentável – social, ambiental e relacional. Pelo mesmo estudo confirmou-se que a Agenda responde a essas inclusões – inclusão social, inclusão relacional e inclusão ambiental –, através de diversos ODS, porém apenas um responde a todos – ODS 11 –, como esquematiza a figura 4. (Gupta e Vegelin, 2016).

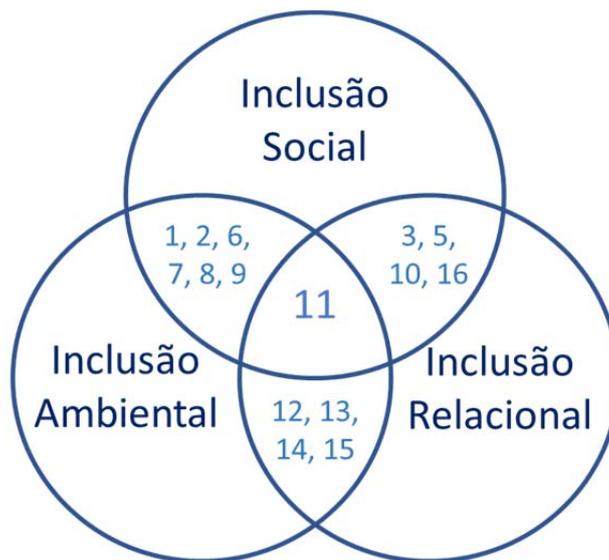


Figura 4. Esquemática da relação entre ODS e contribuição para as temáticas inclusivas (Adaptado de: Gupta e Vegelin, 2016).

O ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis, tem como objetivo, como observamos na figura 3, tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. Para isso estabelece metas como o acesso à habitação e transportes seguros para todos; o aumento da inclusão e sustentabilidade na urbanização; a salvaguarda do património cultural e natural; a minimização das mortes e pessoas afetadas por catástrofes, contribuindo de forma preventiva para o decréscimo do impacto ambiental negativo; o acesso geral a espaços públicos, especialmente os verdes, de forma segura e inclusiva; o fortalecimento das relações positivas que contribuem para melhoria das situações económicas, sociais e ambientais, aumentando o número de cidades adotantes de políticas/ projetos para a inclusão e; por fim, o auxílio aos países menos desenvolvidos na conquista deste ODS (BCSD, 2021b).

Este objetivo reflete na realidade as principais motivações para uma cidade livremente escolher seguir a Agenda 2030 e prosseguir o seu caminho na sustentabilidade. Demonstra-se como o ODS primordial para os municípios. Ainda assim, o seu alcance é promovido indiretamente com o cumprimento dos restantes objetivos, porque ao dar resposta ao ODS 11 é imputada uma resposta aos restantes.

Esta é assim uma Agenda a cumprir por todos. Os municípios desempenham um papel crucial porque se comprometem a implementar de forma quotidiana e significativa os objetivos, melhorando e sensibilizando os seus munícipes para a sustentabilidade. Os Governos, de forma a adjunta ao processo, promovem o acompanhamento e reconhecem que só com este envolvimento município e munícipes o desenvolvimento sustentável e as suas componentes se efetivam na transição para comunidades mais inclusivas e sustentáveis. E os munícipes são as peças fundamentais para fazerem o progresso acontecer.

Portanto, desde gestão de topo mundial ao individualismo de cada um, a Agenda 2030 apela sobretudo à colaboração de todos, tal como reforçado no Acordo de Paris.

4. RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

4.1 Definição e Importância

O relatório de sustentabilidade é comumente definido como um Relatório não financeiro, conforme o afirmado na formação frequentada da BCSD sobre relatórios de sustentabilidade. Relata o impacte de uma entidade a nível social e ambiental e expressa os seus indicadores de governança. Exclui os termos económicos, tendencialmente, mas não nega que estes sejam também uma peça de puzzle muito importante na construção da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.

Funciona como um meio de comunicação e transparência para com os *stakeholders*, do mesmo modo que indica o êxito do caminho de uma empresa na integração do termo e atos de sustentabilidade na sua atividade, com a prospeção de longitude dos mesmos.

Há diversas razões que levam as entidades a realizar este documento, nomeadamente a possibilidade de acesso à performance para a sustentabilidade, a consultar por si ou por outras entidades. Tal análise proporciona um *benchmarking* de destaque face às outras organizações e um *marketing* sustentável pela transparência e audição externa que facultam. O documento auxilia também vastamente uma entidade na identificação e implementação de mudanças na organização, o que as pode colocar como líderes sociais (Domingues *et al.*, 2017).

Na preparação dos relatórios de sustentabilidade devem ser asseguradas as respostas às seguintes questões, ordenadamente, expressas na figura 5. É sobre estas que o documento deve incidir e ser redigido.



Figura 5. Esquemática do processo preparatório à redação de um relatório de sustentabilidade (Adaptado de: WBCSD, 2019a).

Nem sempre o processo de resposta a estas questões é simples. Há barreiras que surgem à sua redação, e atuam como fator limitante ou anulador do processo. Num estudo desenvolvido em 2014, diversas organizações do setor público identificaram o método de recolha de informação e o suporte da gestão e dos líderes do processo de desenvolvimento de um relatório de sustentabilidade como barreiras. Igualmente, a comunicação e integração das sugestões dos *stakeholders*, tal como a dificuldade de identificação de indicadores GRI e a necessidade de múltiplas fontes de informação foram também barreiras ao processo para estas entidades (Domingues *et al.*, 2017).

Para reverter o exposto, o relatório de sustentabilidade deve ser desenvolvido por uma equipa composta por os especialistas das áreas que tratam os dados relativos aos temas a integrar no relatório de sustentabilidade e deve ser do conhecimento integral de todas as pessoas que compõe a entidade. Trabalho de equipa e a formação na área da sustentabilidade são os meios eficazes no quebrar de barreiras e no aumento da eficiência do processo (Domingues *et al.*, 2017).

Considerando os processos bem-sucedidos de desenvolvimento de um relatório de sustentabilidade, 53 % das organizações públicas apuradas no estudo de 2014 afirmaram que há promoção de grandes mudanças em pequenas partes da entidade, que em suma, refletem numa mudança generalizada (Domingues *et al.*, 2017).

De entre várias mudanças pode-se destacar o benefício de aglomerar a informação de aspetos sustentáveis; melhoria na comunicação e relação com os *stakeholders*; promoção de esforços na

entidade para uma sociedade mais sustentável; informação redigida num único documento; e promoção de melhoria contínua (Domingues *et al.*, 2017).

Portanto, em síntese, o relatório de sustentabilidade apresenta elevada importância porque funciona como um ponto de partida para a mudança sustentável. Por ser um modo simples de comunicação com os *stakeholders*, melhora as relações. Desta melhoria pode ainda resultar influência e conduzir os parceiros a tornarem-se mais sustentáveis. Em adição, contribui-se assim, com pequenos passos, para uma economia mais sustentável e vantajosa social e ambientalmente.

4.2 Tendências internacionais e nacionais

Num estudo publicado em 2014, cuja análise pretendia avaliar as tendências de reporte em relatórios não financeiros em organizações públicas num período de tempo compreendido entre 2001 e 2014, verificou-se que cerca de 114 organizações públicas mundialmente publicaram pelo menos um relatório de sustentabilidade. De entre estas, 52 % pertenciam à Europa tendo sido esta parte do planeta até à data do estudo considerada a maior responsável pela publicação de relatórios financeiros (Domingues *et al.*, 2017). Anos mais tarde, em 2017 esta responsabilidade foi transferida para a América que se responsabilizava por 83 % das publicações (KPMG, 2017).

A maior parte dos relatórios analisados no estudo confessam-se serem desenvolvidos por um único departamento, normalmente o departamento da responsabilidade social ou o departamento relacionado com assuntos ambientais. Todavia o processo deve ser desenvolvido por uma equipa multidisciplinar, para que os assuntos sejam analisados e tratados pelos especialistas e responsáveis das áreas a que se referem. Com a distribuição de temas provoca-se uma obtenção de informações mais eficaz e célere, significativa para o sucesso do processo (Domingues *et al.*, 2017).

Os principais vetores conducentes à produção do relatório, apontadas no mesmo estudo de 2014, provem maioritariamente de motivações internas. Tendencialmente está a diminuir a pressão externa que se sente na produção do primeiro relatório (Domingues *et al.*, 2017).

Talvez por esta motivação, e pelas mudanças observadas pela execução dos mesmos, se verifica uma tendência na publicação de relatórios não financeiros ascendente. Mundialmente no ano de 2018 registou-se cerca de 11000 publicações, das quais 90 partiram de Portugal. Nacionalmente o máximo de relatórios de sustentabilidade publicados ocorreu em 2014 e em 2016 com aproximadamente 115 publicações. Ao contrário da tendência mundial Portugal promoveu um decréscimo de publicações. Mas esta não foi a única tendência que baixou. Em 2016, os relatórios provenientes de vilas, cidades e

regiões globalmente registavam 56 publicações, no entanto 2 anos mais tarde registavam apenas 7 (Corporate Register, 2020).

Estas últimas duas constatações parecem boicotar a execução do presente trabalho, no entanto, com a crescente preocupação com a Agenda 2030 conduz-se a um aumento progressivo de publicações, contrariando estas tendências. A prova disto é que em 2020, as agências governamentais publicaram em suma do globo 400 relatórios não financeiros (GRI, 2020).

Os relatórios de sustentabilidade, nas tendências globais analisadas em 2019, contiveram entre 51 a 100 páginas e seguiram na sua maioria o referencial GRI, opção *Core*. Cerca de metade intitularam-se de 'Relatório de Sustentabilidade' e foram revistos por uma entidade externa à entidade produtora do documento (WBCSD, 2019b).

Há uma tendência crescente em produzir relatórios integrados que representam uma nova forma de reportar num único documento a informação financeira e não financeira. Esta nova interpretação de reporte acrescenta diversas vantagens nomeadamente a facilidade e simplicidade de comunicar com os *stakeholders*; visibilidade dos conteúdos não financeiros; nova possibilidade para traçar novas estratégias económicas, para a mudança a curto e longo prazo; e ainda produção de impactes positivos social e ambientalmente (Montecalvo *et al.*, 2018). Para as entidades que produzem pela primeira vez um relatório não financeiro é desaconselhável a introdução deste conceito de publicação, pela complexidade da materialidade associada, conforme o aconselhamento facultado na formação presenciada sobre os relatórios sustentáveis.

A produção de relatórios de sustentabilidade e/ou relatórios integrados não têm carácter de obrigatoriedade. Porém há países que o fazem como o Reino Unido, devido à sua lei das empresas de 2006 que exige às empresas, distintas da denominação de pequenas empresas, a produção de uma revisão de negócio na qual devem descrever as questões ambientais e sociais, associadas aos direitos humanos e condições de empregabilidade, bem como as matérias que dizem respeito à anticorrupção e anti-suborno (legislation.gov.uk, 2020).

É por esta razão que no estudo *Carrots and Sticks 2020*, se destacou o Reino Unido como o país onde se prevê o maior número de relatórios, contabilizando-se cerca de 22 no ano de 2020. Em comparação com Portugal, o Reino Unido produziu 50 % mais Relatórios de sustentabilidade (GRI, 2020).

Ainda não se percebe se a obrigatoriedade de publicação de relatórios de sustentabilidade será a melhor forma de alcançar a sustentabilidade. Contudo, entende-se que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável têm vindo a ser uma força motriz para a publicação dos mesmos.

Globalmente, mais de 250 relatórios de sustentabilidade foram reportados com enfoque no ODS 12 – Consumo e Produção Sustentável –, e cerca de 250 focaram no ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes (GRI, 2020).

Há com certeza uma tendência crescente na publicação de relatórios de sustentabilidade. A sociedade espera continuamente, e em conjunto, caminhar para a sustentabilidade, logo haverá necessidade de comunicar o que tem sido feito nesse sentido, em resposta a estes desafios presentes nos ODS 12 e ODS 16, mas também nos restantes ODS e seus desafios sustentáveis, tendo as cidades um papel fulcral nestas comunicações.

5. GLOBAL REPORT INITIATIVE (GRI)

A Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização internacional independente, pioneira em fornecer normas para reportar sustentabilidade (Calvinho, 2019).

Nasce em 1997 com o propósito de ajudar as empresas, e entidades governamentais, a compreenderem e comunicarem o seu impacto nas várias dimensões que afetam a sustentabilidade, positiva ou negativamente (GRI, 2021b). Para isso desenvolveu um conjunto de normas para redigir relatórios de sustentabilidade. Atualmente as suas normas são consideradas as melhores práticas de reporte económico, social e ambiental.

Várias entidades internacionais de elevada importância para as matérias sociais e económicas desde 2006 afirmam as normas GRI como uma ferramenta fulcral na garantia da transparência e do compromisso das organizações para com a responsabilidade social (Calvinho, 2019). Hoje 87 % dos relatórios não financeiros utilizam referenciais GRI (WBCSD, 2019).

As normas são disponibilizadas gratuitamente. Foram produzidas por uma equipa *multistakeholders*, para garantia da globalização (Calvinho, 2019), e consultadas por 1300 utilizadores da versão portuguesa desde 2016 (GRI, 2021a).

São designadas por GRI *Standards*. A obrigatoriedade de uso aplica-se a relatórios produzidos desde julho de 2018 (Calvinho, 2019).

As GRI *Standards* dividem-se, conforme demonstra a figura 6, em GRI 100 – Normas Universais, GRI 200 – Normas Económicas, GRI 300 – Normas Ambientais e, GRI 400 – Normas Sociais (Calvinho, 2019).

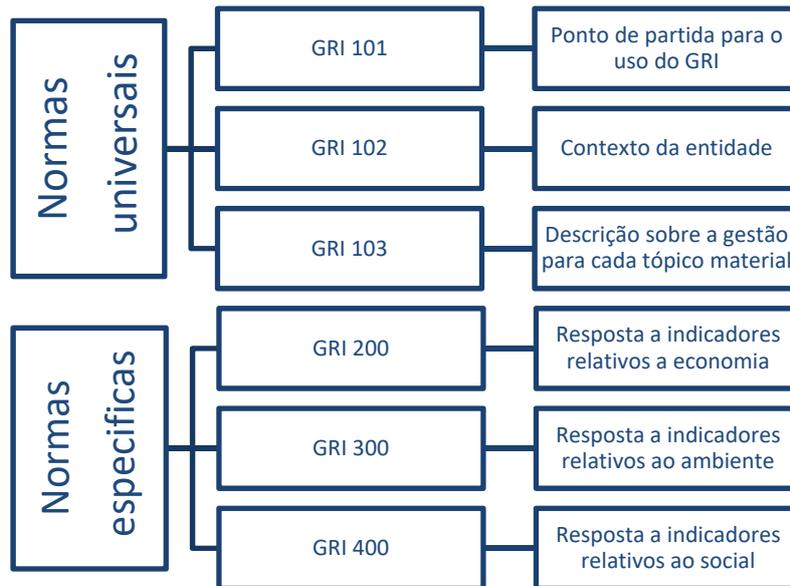


Figura 6. Categorias do GRI (Adaptado de: Calvinho, 2019).

O primeiro módulo divide-se em GRI 101: *Foundation*, GRI 102: *General Disclosures* e GRI 103: *Management Approach*. O GRI 101: *Foundation* estabelece os 10 princípios elementares para assegurar a transparência no reporte, bem como permite a comparação entre entidades de diferentes setores. Dos 10 princípios, 5 aplicam-se ao conteúdo do reporte e 5 associam-se à qualidade do reporte. No GRI 102: *General Disclosures* orienta-se a redação no sentido da apresentação de informações relevantes para a identificação da empresa e que possam ter interesse para as partes interessadas. Neste sub módulo requer-se que a entidade que produz o relatório indique que opção da GRI optou – *Core* ou *Comprehensive* –. Por fim, no GRI 103: *Management Approach* pretende-se que a organização forneça informações sobre como gere os tópicos materiais definidos, tendo em conta as áreas económicas, sociais e ambientais da questão (Calvinho, 2019).

A GRI apresenta duas formas possíveis de se utilizar na produção de um relatório de sustentabilidade, nomeadamente a opção *Core* ou a opção *Comprehensive*. Na opção *Core* o relatório deve conter apenas as informações mínimas necessárias a ser compreensível de que entidade se trata, qual a sua natureza, quais os seus tópicos de mais relevo tal como os seus impactes neste e o modo de gestão dos mesmos (Calvinho, 2019). Obrigatoriamente, conforme o afirmado na formação da BCSD sobre relatórios não financeiros, através desta opção, o relatório deve apresentar resposta a todos os tópicos do sub módulo 101 e alguns do sub módulo 102, nomeadamente os que constam entre 102-1 e 102-14, entre 102-40 e 102-56 e os tópicos 102-16 e 102-18. Na opção *Comprehensive* para além do requisitado na opção *Core*, é ainda imposta a divulgação da estratégia da organização, a sua ética e

integridade, tal como a sua governança. De uma forma mais abrangente a opção *Comprehensive* exige ainda que sejam relatados os impactes e as divulgações específicas para cada tópico material que definirem. Assim, há nesta opção a necessidade de responder a todos os tópicos dos sub módulos, exceto se não se aplicarem às suas atividades (Calvinho, 2019).

Num relatório preparado de acordo com os GRI *Standards* deve constar sempre um índice de conteúdo GRI, com o número da página do relatório na qual surge a resposta à norma (Formação BCSD). Este foi um requisito tido em consideração pelo município de Esposende. Foi produzido este índice perspicazmente pela articulação do requerido com as restantes respostas aos seus indicadores.

Ao redor do globo este referencial tem vindo a ser cada vez mais utilizado. No ano de 2017, 450 agências públicas relataram o seu relatório de sustentabilidade recorrendo ao referencial GRI. Em representatividade cerca de 50 cidades mundiais incutiram as normas GRI nos relatórios que partiram de si ou das entidades do seu território (Niemann e Hoppe, 2017). Esposende perspetiva igualmente pertencer a esse grupo e, por isso, adquiriu este como o seu referencial de reporte não financeiro.

6. TRABALHO DESENVOLVIDO

6.1 Fase Pré-Estágio Curricular

O município de Esposende, como se observa no disposto no capítulo 2, tem vindo a adotar e a aplicar políticas e projetos que perseguem a sustentabilidade. Em paralelo consigo, também as empresas municipais e entidades locais do concelho de Esposende. Notoriamente se retrata um território atento ao desenvolvimento sustentável e as vantagens a advir.

Nesse sentido houve um planeamento prévio, no período que antecede a elaboração do estágio curricular, que antevê um futuro sustentável. Primariamente a Câmara Municipal de Esposende identificou a necessidade de uma estratégia. Era importante perante o contexto atual delinear os pontos chave e prioritários de atuação. Perpetuar esta ação permite aplicar políticas e projetos devolutos e aplicados à concretização deste projeto de forma mais organizada.

Assim, na fase que antecede este estágio curricular, o município desenvolveu uma estratégia orientada para 5 vetores: 1) Alterações Climáticas; 2) Economia Circular; 3) Proteção Civil; 4) Mobilidade; e 5) Gestão, Monitorização e Comunicação. Cada vetor foi depois ramificado, como demonstra a figura 7 por várias etapas. O vetor 1 é composto por 2 etapas, o 2 compõe-se com 3 etapas, o 3 é definido com uma etapa, ao 4 é-lhe atribuído uma etapa também e, por fim, ao 5 são entregues 3 etapas.

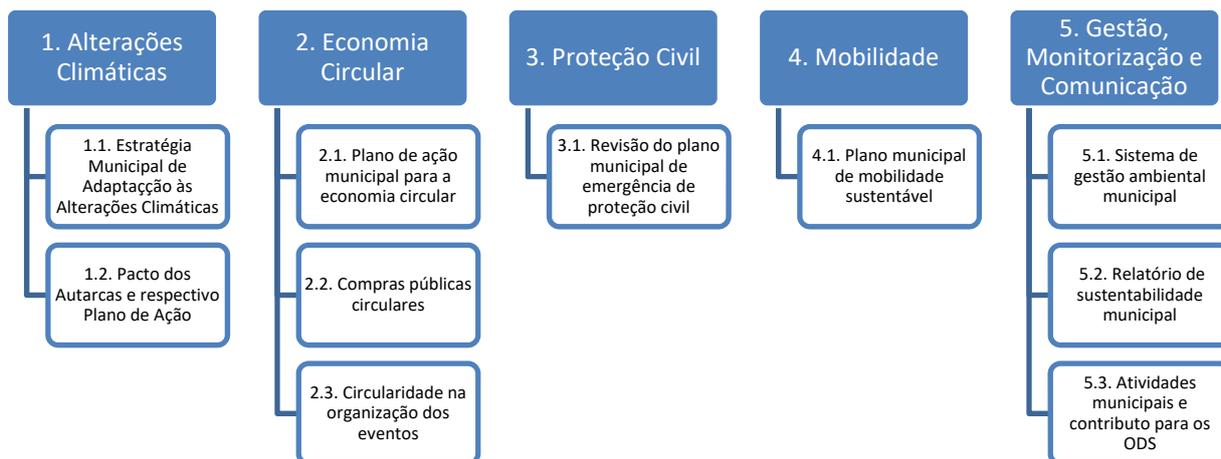


Figura 7. Esquematização da estratégia municipal para a sustentabilidade territorial.

No primeiro vetor perspetiva-se uma revisão ao pacto dos autarcas e respetivo plano de ação para a energia sustentável e clima de modo a delinearem-se ações objetivas a serem concretizadas pelo município. Nesta sequência o município articulava com maior acessibilidade a realização da estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas.

No vetor número 2, desenvolver um plano de ação municipal para a economia circular surge como principal objetivo. Em paralelo rever a circularidade dos eventos e compras públicas seria um primeiro passo que melhoraria o processo de alcance de um plano municipal em termos de circularidade da economia.

No terceiro vetor da estratégia a revisão do plano municipal de emergência de proteção civil seria a tarefa que preencheria a concretização do vetor. Em similaridade, também o vetor 4 teria apenas um passo que o concluiria, sendo esse passo a elaboração de um plano municipal para a mobilidade sustentável.

Por fim, no vetor 5 tem-se como principal alcance um relatório de sustentabilidade que faculte a transparência na comunicação com os *stakeholders* e auxilie o processo de tomada de decisão da gestão de topo. Em simultâneo avaliar e monitorizar as atividades municipais como resposta aos ODS, e ainda desenvolver um sistema de gestão ambiental municipal, seriam tarefas a serem desenvolvidas para o absoluto alcance deste vetor.

O município iniciou o trabalho colecionando informações de resposta à estratégia. Como resultado foi composta uma base de dados com documentos coletados auxiliares e fundamentais à concretização dos vetores. Por decisão do município a concretização desta estratégia iniciar-se-ia no vetor 5. Assim,

de entre os dados agrupados, os documentos com informação propensa à identificação de indicadores de resposta a Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e relatórios de sustentabilidade com informações sobre os ODS foram os mais relevantes para este início. Na análise dos documentos recolhidos, houve a identificação de indicadores de sustentabilidade correspondente a outras entidades municipais que se adequariam ao contexto municipal de Esposende. No entanto, haviam alguns outros indicadores que respondiam diretamente aos ODS, em outras documentações, que a Câmara Municipal de Esposende instituiu responder, e por isso foram adaptados ao contexto municipal à data. Formou-se um grupo de trabalho do município de Esposende que iniciou então o processo de criação e seleção de indicadores de resposta aos ODS. Para organização do que colecionaram e selecionaram desenvolveu-se um Excel. A estrutura primordial compunha-se com 10 colunas como podemos observar o exemplo da tabela 1.

Na primeira coluna identifica-se o ODS a que corresponde o indicador descrito na linha, e na segunda coluna explicita-se o então indicador. Nas colunas seguintes de referências pretendem-se averiguar os valores do município para esses anos, porém nas referências regionais e nacionais é mencionado apenas o valor correspondente ao ano de 2019, por ser o ano transato àquele em que o relatório de sustentabilidade iria previsivelmente incidir. Por exemplo, caso o relatório fosse redigido no ano de 2021, com base na monitorização decorrida no ano de 2020, então todas as referências seriam relativas ao ano seguinte ao expresso no exemplo da tabela 1, isto é 2018, 2019 e 2020, e as referências regionais e nacionais seriam de 2020.

Na coluna relativa à fonte de informação nomeia-se a base de dados estatística que forneceu a informação descrita na linha e, na coluna do responsável identifica-se o responsável por monitorizar ou identificar informação de resposta ao indicador.

Por fim na meta expressa-se o alvo definido pelo município e ao qual responde o indicador descrito e monitorizado na linha.

Tabela 1. Estrutura inicial do Excel de indicadores de resposta aos ODS

ODS	Indicadores	Desempenho Municipal			Regional	Nacional	Fonte de informação	Responsável	Meta
		2017	2018	Referência 2019					
1	Indicador a								
1	Indicador a								
1	Indicador a								
2	Indicador b								
2	Indicador b								
2	Indicador b								
2	Indicador b								
3	Indicador c								
3	Indicador c								
3	Indicador c								

Na primeira versão deste documento estavam identificados cerca de 95 indicadores de sustentabilidade no global. Alguns dos ODS não tinham nenhum indicador atribuído.

Como resultado principal do quinto vetor da estratégia ansiava-se o alcance do relatório de sustentabilidade. Para esse efeito, a Câmara Municipal de Esposende reuniu com uma entidade dedicada à temática. Algum tempo depois o município possuía uma proposta de relatório de sustentabilidade estruturado pelo seguinte índice.

- Sobre o Relatório (Capítulo 0);
- Mensagem do Presidente (Capítulo 1);
- Esposende em Números (Capítulo 2);
- Caracterização Socioeconómica e Ambiental do Território (Capítulo 3);
- Município de Esposende (Capítulo 4);
 - Missão, visão, valores;
 - Estrutura Organizacional;
 - Empresas municipais e entidades participadas;
 - Estratégia;
 - Sistemas de Gestão;
 - Trabalhadores;
 - Iniciativas e Projetos;
 - Envolvimento com as Partes Interessadas;
- Compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Capítulo 5);
- Sustentabilidade no Município de Esposende (Capítulo 6);
 - Dimensão Económica;
 - Dimensão Ambiental;
 - Dimensão Social;
- Anexos (Capítulo 7);
 - Tabela GRI;
 - Glossário e Critérios de Cálculo.

No capítulo 0 é pretendida a contextualização do documento. Para isso torna-se relevante introduzir e explicar o termo sustentabilidade, tal como a importância do desenvolvimento sustentável para o território. Disposta esta informação, indicar ainda nesta secção o que será abordado no documento.

No capítulo seguinte reforça-se a mensagem iniciada no capítulo anterior. O senhor Presidente, como líder do território, ao expressar o seu parecer sobre a temática, motiva para o trabalho comum e à validação da importância do desenvolvimento sustentável.

A terceira secção, representada pelo capítulo 2, realça os números mais relevantes para o município na sua caracterização sustentável. Podem ser incluídos nesta secção os números de atividades ocorridas sobre a temática da sustentabilidade, os valores económicos e financeiros alcançados pelo município, as quantificações demográficas, entre outros.

O capítulo 3, como o próprio título indica, caracteriza o contexto socioeconómico do território. Questões de empregabilidade e desempenho económico do município são exemplos de tópicos a apontar neste capítulo.

No capítulo 4 há uma identificação da entidade. Por este capítulo pretende-se facultar aos *stakeholders* informações sobre como a entidade labora, como se organiza e que objetivos pretendem alcançar em equipa. Tais informações são cruciais ao desenvolvimento de transparência entre os *stakeholders* e entidade.

Como o documento decorre da abordagem dos ODS da Agenda 2030 é também fundamental que as partes interessadas possuam conhecimento do que se trata. Nesse sentido, surge o capítulo 5. Neste encontra-se informação sobre a Agenda 2030 e seus respetivos ODS, sucintamente, da mesma forma que se expressa como decorre o compromisso do município com os ODS.

Em virtude da demonstração desse compromisso afirmado, o capítulo 6 concretiza a descrição das ações que colocam em prática o compromisso com a Agenda 2030. Como observado no índice, este capítulo não aborda o quarto eixo da sustentabilidade – a cultura. Tal constatação pode advir de uma possível escolha do município em apenas debruçar a questão da sustentabilidade nos seus três eixos mais comuns ou surge ainda de uma sugestão da entidade contratada para o desenvolvimento da proposta.

Por fim, no capítulo 7 responde-se a um critério obrigatório do referencial de reporte escolhido – a tabela GRI, e facultar-se informação sobre os cálculos utilizados para a normalização dos indicadores, uma vez que estes podem ter unidades divergentes e precisam de ser comparadas. Também a indicação de como o cálculo do Índice de Sustentabilidade Municipal decorre pode ser incluída nesta secção.

Esta proposta, segundo as normas do referencial de reporte escolhido, responde parcialmente às obrigаторiedades do imposto pelo mesmo, ficando aquém em alguns pontos fulcrais. Assim, este trabalho estaria, à priori, pronto a ser concretizado após recolha das informações que compunham o seu conteúdo. Porém, havia documentos auxiliares ainda a serem redigidos e devido às problemáticas pandémicas, que abalaram o território nacional e municipal, o processo desacelerou. No entanto, o seu grau de prioridade e urgência não decresceu. Para colmatar esta necessidade e dar continuidade ao trabalho iniciado, desenvolveu-se o estágio curricular condutor do presente documento redigido.

6.2 Fase de Estágio Curricular

No início deste estágio foi planeada a execução de 4 dos 5 vetores da estratégia municipal para a sustentabilidade, excluindo apenas o vetor 3 – Proteção Civil. Paralelamente foram redefinidas as prioridades de concretização da estratégia, com uma nova estruturação como demonstra a figura 8.

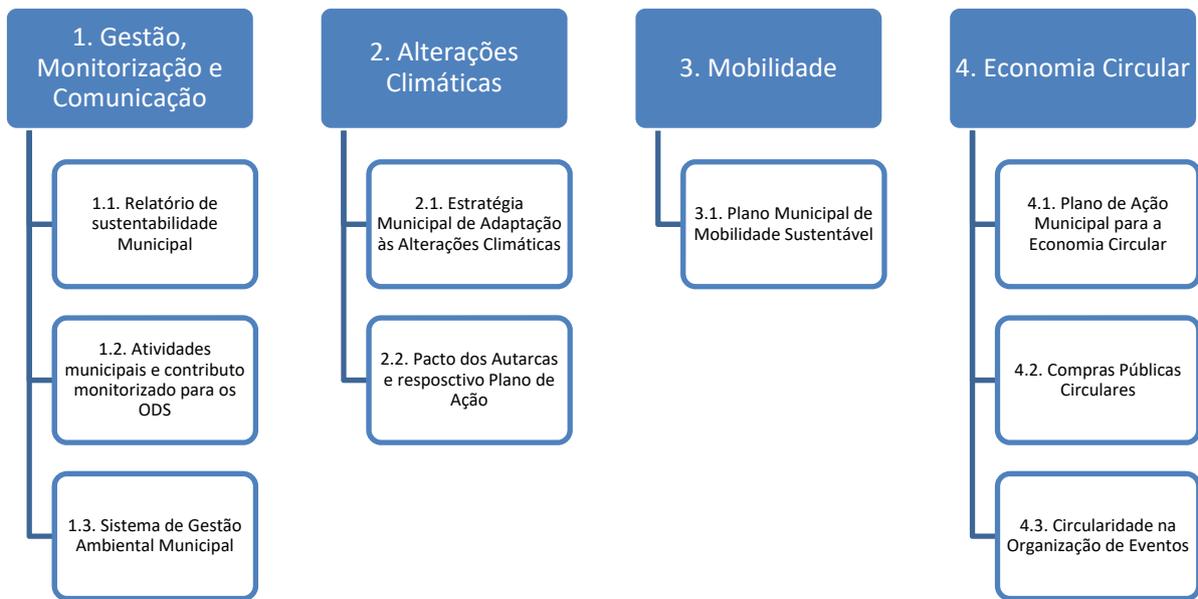


Figura 8. Nova esquematização da estratégia municipal para a sustentabilidade territorial, conforme as prioridades.

O pretendido era que com o desenvolvimento da avaliação e monitorização do contributo das atividades municipais para os ODS, traçar-se-ia uma rota simplificada à redação do relatório de sustentabilidade para a entidade, prioridade máxima desta estratégia. De seguida, rever o pacto dos autarcas e identificar as ações objetivas a serem concretizáveis, formaria uma base para a estruturação da estratégia municipal para a adaptação às alterações climáticas, compondo estas últimas ações as prioridades secundárias deste trabalho e estratégia.

Posteriormente, desenvolver um plano municipal de mobilidade sustentável, um plano de ação municipal para a economia circular e, ainda, rever a circularidade das compras públicas e eventos seriam as tarefas a desenvolver com menos emergência de propósito.

Por fim, indicava-se ainda uma possibilidade de redação de um sistema de gestão ambiental para o município, que reteria mais atenção e dedicação de ferramentas à sua concretização, pelo que fica categorizada como tarefa extra ao proposto a ser concluído no espaço temporal do estágio curricular.

Pelas dificuldades imprevisíveis que a pandemia provocou, o processo limitou-se. Foi, portanto, apenas desenvolvido por completo, conforme as prioridades descritas, o vetor 1 da nova estruturação da

estratégia municipal, e concluído algum trabalho preparatório para o vetor 2, também da nova estruturação. No primeiro vetor foram alcançadas as 2 etapas, totalizando-se a conclusão de 6 passos. No segundo desenvolveu-se parcialmente o primeiro ponto, logo apenas um passo semiconcluído. De seguida são expressos pormenorizadamente os passos concretizados, da nova estruturação da estratégia municipal para a sustentabilidade territorial expresso na figura 8.

Vetor 1 – Gestão, Monitorização e Comunicação

Este vetor debruçou-se sobre os 4 pilares da sustentabilidade – Social, Ambiental, Económico e Cultural. Há autores que defendem um quinto pilar – a Governança. Intrinsecamente este pilar reflete-se nos demais, em alguns indicadores propostos à resposta dos ODS.

Foi objetivado em primeiro plano o desenvolvimento de um relatório de sustentabilidade neste vetor. Com este documento pretende-se informar os *stakeholders* das medidas e ações que o município tem vindo a concretizar tais como as que idealiza desenvolver para cumprir o seu compromisso com a Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Em adição, este vetor permite uma agregação e organização da matéria relativa à sustentabilidade. Ao ser desenvolvido impõe uma compartimentação digital única que compila todos os assuntos associados à sustentabilidade. No futuro, o desempenho nesta área decorrerá de forma mais célere e organizada, do mesmo modo que melhora a perceção do panorama atual do município e consciencializa o processo de tomada de decisão nas diversas dimensões.

Para concretização do documento alvo entendeu-se que o processo necessita de mais documentação para além da listagem em Excel dos indicadores de resposta aos ODS e da proposta do relatório de sustentabilidade. Surgem assim diversos documentos nomeadamente: ‘Indicadores de ODS’, ‘Indicadores de GRI’, ‘Fichas de ODS’ e ‘Monitorização dos ODS’, ‘Relatório de Base’, ‘Avaliação da Materialidade’ e ‘Relatório de Sustentabilidade’, que se expõe mais detalhadamente de seguida.

Iniciou-se o vetor com a listagem dos indicadores de resposta aos ODS e associação dos mesmos às normas GRI e seus indicadores, passando-se de seguida ao desenvolvimento das fichas de ODS, juntamente com o seu documento de monitorização. Concluídos estes documentos, avançou-se para a redação do relatório de base. Por fim, concluiu-se o desenvolvimento dos inquéritos de análise de materialidade e redigiu-se o relatório de sustentabilidade.

6.2.1 Indicadores de ODS

O documento dos indicadores de ODS foi o primeiro a ser otimizado por ser a base fulcral dos restantes documentos a ser construídos.

Este documento de Excel tem como principal função compilar os indicadores do município que respondem a cada ODS da Agenda 2030. Ao ser construído no documento prosperou-se a monitorização dos indicadores, em termos anuais e, portanto, este documento funciona também como uma ferramenta de monitorização anual. Apenas pela monitorização se atualiza o contexto do município e se toma decisões de melhoria.

A primeira modificação foi a fragmentação dos ODS, e seus respetivos indicadores, por páginas. Cada página corresponde a um ODS. Esta ação surge no sentido de facilitar a consulta da informação.

Às 10 primeiras colunas, que constavam no documento previamente elaborado pelo grupo de trabalho da Câmara Municipal de Esposende, acrescentou-se a coluna dos tópicos materiais, a coluna do estado e a coluna de observações, como se observa na tabela 2.

A coluna dos tópicos materiais surgiu no sentido de melhorar a consulta da informação e de agrupar os indicadores por tópico material a que se associam. Como será fulcral responder aos tópicos com mais prioridade e interesse para os parceiros, conter o fácil acesso à informação que lhes responde, traduz um passo de eficiência importante ao processo.

Na coluna do estado é pretendido indicar-se o estado de recolha de informação que baseia a monitorização da resposta. Para além de auxiliar o trabalho desta etapa e orientar para as questões com carências, facilita também a comunicação entre os elementos da equipa de trabalho, colocando-os no mesmo nível de conhecimento do desenvolvimento do projeto. Para complementação desta comunicação emergiu a coluna das observações, na qual se deixam notas, dicas, questões, entre outros assuntos que um elemento da equipa queira deixar aos restantes sobre determinado indicador. Esta ação, acrescenta a promoção de comunicação entre os elementos da equipa, mas mais que isso empreende a entreaajuda e acelera o processo significativamente.

No documento inicial constavam alguns indicadores identificados pelo grupo de trabalho da Câmara Municipal de Esposende. Em virtude de dar continuidade a esses indicadores, permaneceram os mesmos no documento otimizado. Porém, houve a necessidade de distinção entre os indicadores selecionados pelo grupo de trabalho e os propostos na concretização deste trabalho, para que não houvesse ambiguidade na validação da seleção de indicadores. Nesse sentido, introduz-se a barra horizontal, visualizada na tabela 2. Os indicadores abaixo da barra são indicadores propostos, e os indicadores acima constavam na versão inicial.

Tabela 2. Estrutura otimizada do Excel de indicadores de resposta aos ODS

ODS	Tópicos Materiais	Indicadores	Desempenho Municipal			Regional	Nacional	Fonte de informação	Responsável	Estado	Meta	Observações
			Referência									
			2017	2018	2019							
1	T1	Indicador a							0,00%		Indicador de resposta ao GRI	
1	T1	Indicador b							100,00%		Indicador de resposta ao PNEC	
1	T1	Indicador c							50,00%			
1	T2	Indicador d							0,00%		Indicador de resposta ao GRI	
1	T3	Indicador e							0,00%			
1	T3	Indicador f							50,00%			
INDICADORES PROPOSTOS												
1	T1	Indicador g							10,00%			
1	T1	Indicador h							10,00%		Indicador de resposta ao GRI	
1	T1	Indicador j							100,00%		Indicador de resposta ao PNEC	
1	T2	Indicador k							100,00%			
1	T2	Indicador l							10,00%			
1	T3	Indicador m							50,00%			
1	T3	Indicador n							100,00%			
1	T3	Indicador o							100,00%			

OBJETIVO 1
 - Meta 1;
 - Meta 2;
 - Meta 3.

Nas ações finais de otimização do documento inicial foi ainda introduzida uma caixa de texto, situada no topo da folha do lado direito da tabela. Cada tabela de cada folha de Excel contém uma caixa com as metas do respetivo ODS a que corresponde a folha. São apenas descritas as metas dos ODS que o município estima responder.

Aquando da finalização do documento, o idealizado era o seguimento para os responsáveis de cada área envolvida nas respostas aos ODS. Cada responsável deveria, na análise dos indicadores propostos ao ODS que lhe diz respeito, selecionar um conjunto de indicadores que entende serem essenciais ao alcance das metas da Agenda 2030 e do município, consecutivamente. Deste modo era crucial que soubessem de que metas se tratavam. Por esta razão moveu-se a introdução da caixa de texto junto das tabelas, para que o responsável no momento da seleção de indicadores soubesse quais se enquadram nas metas perspectivadas a serem respondidas. Por outro prisma, estas caixas de texto apoiam também ao desenvolvimento e introdução de novos indicadores que o responsável identificasse e compreendesse serem benéficos ao processo.

No documento entregue à entidade, os indicadores obtidos por fontes estatísticas continham as suas colunas preenchidas com informações obtidas na fonte de informação, porém, por questões de confidencialidade, não são expostos na redação deste trabalho. Este preenchimento apoia o município a definir de forma analítica as suas metas. Para os restantes indicadores haverá a necessidade posterior de colecionar informação municipal e nacional, em outros bancos de informação, que permitam o preenchimento das suas colunas também.

No final da elaboração desta etapa, por comparação, em média o número de indicadores sextuplicou, contabilizando-se no total 535 indicadores, dos quais 82 % foram propostos. Os dados comparativos podem ser consultados na tabela 3.

Tabela 3. Evolução do número de indicadores de sustentabilidade

ODS	Número de indicadores na versão inicial	Número de indicadores propostos	Número total de indicadores
1	7	28	35
2	7	11	18
3	11	32	43
4	10	39	49
5	5	18	23
6	4	27	31
7	5	23	28
8	7	50	57
9	3	27	30
10	2	20	22
11	7	37	44
12	5	34	39
13	5	12	17
14	4	13	17
15	1	16	17
16	9	35	44
17	3	18	21

Os indicadores propostos partiram de uma análise a um conjunto de bases informativas nacionais. Como tal, concluiu-se que nas áreas onde se encontram mais facilmente propostas de indicadores espelham-se as tendências de atuação nacionais. Todavia, conscientemente compreende-se que os contextos municipais e nacionais podem divergir. Desse modo, apesar de alguns indicadores propostos puderem seguir a tendência nacional, uma amostra representativa de indicadores expressa unicamente questões exclusivas do território do município de Esposende.

Características dos indicadores

Os indicadores de ODS devem ser interpretados como *Key Performance Indicators* (KPI). Pretende-se que produzam informações passíveis de serem medidas com recurso a utensílios de cálculo apropriados e límpidos. Os KPIs orientam o foco para melhoria estratégica, produzindo uma base analítica otimizadora do processo de tomada de decisões. Focam a atenção no essencial (Gallo, 2019).

Em complementação, os princípios de Bellagio devem também estar presentes na redação dos indicadores. Estes princípios mencionam os 4 aspetos mais importantes para a avaliação da sustentabilidade: a) objetivos claros (princípio 1); b) elementos-chave na avaliação da sustentabilidade (princípio 2 a 5); c) melhoria do processamento da informação (princípio 6 a 8); e d) promoção da continuidade da avaliação (princípio 9 e 10) (Wu e Wu, 2019).

Caracterizados por base nestes conceitos os indicadores minimizam dificuldades de interpretação e evitam barreiras à monitorização. Ao evitarem-se estes riscos encurta-se o caminho para o sucesso da monitorização.

Seleção dos indicadores

A primeira seleção dos indicadores decorreu ainda na fase que antecedeu o estágio, nomeadamente pela inquirição aos responsáveis da área a que corresponde o ODS.

De seguida, já no decorrer do estágio curricular, selecionou-se um grupo de indicadores por várias pesquisas e consultas a portais de estudos estatísticos. Do *benchmarking* feito a outros municípios, nomeadamente ao do Porto, resultaram também indicadores selecionados. Por fim pela necessidade de resposta ao referencial GRI e as metas dos ODS, com base no contexto municipal resultaram ainda mais conjuntos de indicadores selecionados. Cada indicador selecionado foi posteriormente associado a um ODS.

Concretizada esta seleção deslaçada de critérios municipais de escolha, à exceção da adequação ao contexto municipal, deu-se a conclusão do processo de seleção secundária. A seleção final parte das decisões dos responsáveis de cada área envolvidos na resposta à Agenda 2030. Com recurso a critérios municipais mais dedicados, como por exemplo a capacidade de obtenção de resposta ao indicador, os responsáveis deverão selecionar um conjunto de 10 a 15 indicadores a serem respondidos por ODS por ano, totalizando a resposta a 170 indicadores anuais. Estes indicadores podem compor diferentes métodos de cálculo, divergentes unidades de medida ou até diferentes fontes de informação, porém o seu tratamento decorrerá de forma homogénea, devido à normalização.

6.2.2 Indicadores GRI

As entidades municipais, e demais organizações, apresentaram ao longo dos últimos anos uma tendência de uso do referencial GRI para exposição de matérias não financeiras no seu relatório de sustentabilidade. Nesse sentido, esta foi a metodologia escolhida pelo município de Esposende para a redação do seu relatório.

O referencial orienta a redação do relatório de sustentabilidade pela resposta aos indicadores GRI obrigatórios para a opção escolhida pela entidade. Como o relatório de sustentabilidade, que se projeta alcançar, compõe o primeiro relatório da Câmara Municipal de Esposende, escolheu-se a opção *Core*, uma vez que é a opção sugerida para relatório primário da entidade. Esta opção é mais simples em

termos de obrigatoriedades no relatório, porém não deixa de ser bastante completa, porque fornece aos *stakeholders* informações base de elevada relevância.

Para início das tarefas requeridas pelo referencial, desenvolveu-se o documento Excel 'Indicadores GRI'. O documento fragmenta-se em 10 colunas, como se pode observar na tabela 4.

Nas primeiras 5 colunas fragmentam-se as normas GRI. Na primeira coluna coloca-se o número da norma, seguindo-se na coluna 2 a indicação da área da sustentabilidade a que se aplica. No caso do exemplo expresso na tabela 4, verifica-se a norma GRI associada à economia. De seguida indica-se o módulo e a matéria que aborda esse mesmo módulo, nas colunas 3 e 4 respetivamente. Na coluna 5 numera-se o indicador do módulo e na coluna 6 descreve-se o indicador do GRI, por transposição exata do que consta na norma. Na coluna 7 indica-se que indicador de ODS poderá responder ao indicador do GRI, mencionando imediatamente a seguir, na coluna 8, o tópico material a que se associa o indicador de ODS. Esta menção é importante para conseguir posteriormente identificar a ligação do indicador GRI e o tópico material, sem necessidade de filtragem da norma. Na coluna 9 especificamos por descrição quais os indicadores de ODS que respondem ao indicador GRI. Podem existir vários indicadores de ODS a responder a um só indicador GRI e, o mesmo indicador de ODS pode repetir-se em vários indicadores GRI, do mesmo ou de um distinto módulo. Como a norma requer, no final da tabela é ainda acrescentada uma coluna que especifica em que secção do relatório de sustentabilidade se encontrará a informação que responde aos indicadores interrelacionados.

Em semelhança com o apresentado no Excel dos indicadores de ODS, neste documento cada folha corresponde a um módulo do GRI. As normas universais são a única exceção, porque todas são expostas numa só folha de Excel. Como estas normas abordam informações gerais da entidade, para facilitar o processo de consulta de dados relativos à entidade, unificou-se esta informação numa só página.

Nas primeiras 5 colunas foi ainda aplicado um filtro para que aquando da redação do relatório de sustentabilidade seja possível consultar de forma isolada a norma ou o módulo a dar resposta.

No relatório de sustentabilidade pretende-se espelhar essencialmente os resultados da monitorização dos indicadores de ODS e consequentes efeitos nas metas municipais delineadas, em virtude de transparecer as contribuições do município para a Agenda 2030. Porém, há também indicadores do GRI com obrigatoriedade de resposta que têm de ser exposto no relatório de sustentabilidade. Assim este documento apresenta uma função muito relevante: realiza o *match* entre os indicadores GRI e ODS. Sem esta interconexão o processo de redação do relatório de sustentabilidade correria o risco de duplicar a informação, tornar-se desorganizado e ser mais complexo. Com este documento

conseguimos organizar a informação para redação do relatório de sustentabilidade e compreender que há indicadores de ODS que respondem diretamente aos indicadores de GRI.

Tabela 4. Estrutura exemplo da folha do documento Excel correspondente ao GRI 200

GRI		Especificação do GRI			Indicadores GRI	ODS	Tópicos Materiais	Indicador ODS	Secção do Relatório
Módulo	Descrição	Especificação	Descrição	Numeração					
200	Economia	201	Desempenho Económico	1	Valor económico direto gerado e distribuído	8	T1	- Indicador 1; - Indicador 2.	Capítulo a
						9	T2	- Indicador 3.	Capítulo a
200	Economia	201	Desempenho Económico	2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes das alterações climáticas	13	T3	-Indicador 4; -Indicador 5; -Indicador 6.	Capítulo b
200	Economia	201	Desempenho Económico	3	Obrigações definidas para os planos de benefícios dos trabalhadores e outros planos de reforma				Capítulo a
200	Economia	201	Desempenho Económico	4	Assistência financeira do Estado	8	T4	-Indicador 7.	Capítulo c
200	Economia	202	Presença no mercado de trabalho	1	Variação da proporção do salário à entrada, por género, comparado com o salário mínimo local	5	T5	-Indicador 8; - Indicador 9.	Capítulo a
200	Economia	202	Presença no mercado de trabalho	2	Proporção de gestores seniores contratados na comunidade local	8	T5	-Indicador 10.	Capítulo d
200	Economia	203	Impactes Económicos Indiretos	1	Investimentos em infraestruturas e serviços	9	T6	- Indicador 7; - Indicador 11.	Capítulo e
						11	T6	- Indicador 12.	Capítulo e
200	Economia	203	Impactes Económicos Indiretos	2	Impactes económicos indiretos significativos	9	T7	- Indicador 13.	Capítulo b
200	Economia	204	Praticas de Aquisição	1	Proporção de custos com os fornecedores locais	8	T8	-Indicador 10.	Capítulo d
200	Economia	205	Anticorrupção	1	Atividades analisadas quanto aos riscos relacionados com corrupção	16	T9	-Indicador 14.	Capítulo f
200	Economia	205	Anticorrupção	2	Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção	16	T10	-Indicador 15.	Capítulo f
200	Economia	205	Anticorrupção	3	Episódios confirmados de corrupção e ações desenvolvidas	16	T9	-Indicador 14.	Capítulo f
200	Economia	206	Comportamento anticoncorrencial	1	Ações legais para comportamentos anti concorrenciais, anti-trust e práticas monopolistas	16	T11	- Indicador 16.	Capítulo f

Na opção *Core*, não é verificada a obrigatoriedade de resposta a referenciais GRI específicos, como GRI 200, GRI 300 e GRI 400. O que é requerido à entidade com esta opção é que responda apenas aos tópicos das normas 101 e alguns da 102, como é o caso dos que se encontram entre 102-1 e 102-14, entre 102-40 e 102-56 e ainda o 102-16 e 102-18. No entanto, é fortemente recomendado que se respondam aos específicos para complementaridade e enriquecimento do relatório. Uma vez que da interconexão de indicadores, GRI e ODS, percebeu-se que a Câmara Municipal de Esposende possui resposta a indicadores GRI específicos, decidiu-se promover a resposta aos mesmos. O relatório de sustentabilidade da Câmara Municipal de Esposende atraca assim a sua resposta a todas as normas do GRI.

Por fim, este documento, para além das diversas vantagens e importância que apresenta para a redação do relatório de sustentabilidade, ele próprio responde a um requisito GRI. Adicionada à obrigatoriedade aplicada à resposta aos indicadores GRI pela opção *Core*, é também exigido que no relatório de sustentabilidade se expresse o uso do referencial GRI, bem como exista uma tabela síntese do GRI. Esta tabela deve identificar os indicadores do GRI respondidos, e em cada indicador deve haver uma hiperligação para as secções do relatório onde essa resposta se exhibe. Este documento compõe

assim uma parte integrante e obrigatória do relatório, a qual por já se encontrar preenchida, no momento da redação do relatório é apenas transferida para o documento final.

A par da extrema importância do documento 'indicadores de ODS', este documento é igualmente importantíssimo para o sucesso do relatório de sustentabilidade. É deste documento que partem as linhas de orientação para a redação do relatório e evitam-se ambiguidades e complexidade do processo.

6.2.3 Fichas dos ODS e Monitorização dos ODS

O desenvolvimento e aplicação da estratégia para a sustentabilidade, definida pelo município, vai produzir efeitos positivos no território, quer seja de forma direta ou indireta. Tais efeitos vão também provocar alterações na vida dos que habitam no concelho. Deste modo, é imprescindível a envolvimento dos munícipes neste projeto. Para tal, a comunicação contínua e a demonstração da evolução progressiva aos mesmos é fulcral. Nesse sentido desenvolveu-se as fichas de ODS. Estas têm como propósito informar as partes interessadas, periodicamente, com especial foco nos munícipes, do desenvolvimento das respostas municipais aos ODS.

A sua estrutura foi pensada por modo de ser adaptada à página *web* do município ou à aplicação móvel *Esposende Smart City*, por estes serem considerados os principais meios informativos com mais proximidade aos munícipes.

Cada ficha apresenta o objetivo do ODS, as metas que o município delineou para si a fim de responder a cada ODS, os indicadores que o município selecionou para cumprir as metas do ODS, tal como os tópicos materiais de cada indicador e, por fim, o *radar chart* resultante da monitorização dos tópicos materiais e metas do município.

No *radar chart* estima-se serem traçadas duas linhas. Estas permitem a comparação entre os progressos periódicos com os objetivados pelo município face às metas delineadas na resposta específica a cada ODS. No exemplo da figura 9 podemos observar um *radar chart* modelo do que se pretende. Todavia, os valores são meramente suposições e não refletem a verdade, por questões de confidencialidade e pelo facto do projeto ainda não se encontrar em decurso até à data.

A linha azul contínua, inalterável, representa as metas para o município em resposta às metas do ODS. Por outro lado, a linha azul a tracejado representa a variação periódica e vai alterando consoante os dados referentes ao período de tempo em análise. Desejavelmente, o período de análise deveria ser mensal e, a linha a tracejado apresentaria modificações no mesmo período. Ainda assim, o período de

análise pode ser definido para outro período de tempo desde que se mantenha a frequência de análise, para garantir um acompanhamento e fidedignidade dos dados.

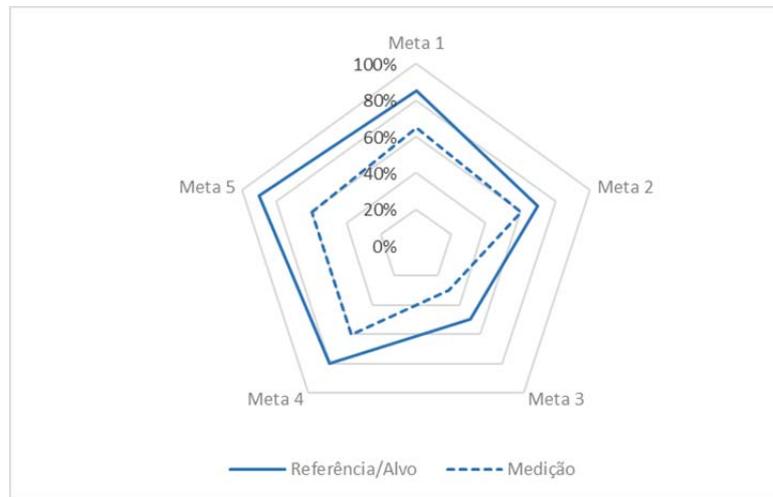


Figura 9. *Radar chart* modelo a ser aplicado na monitorização periódica de cada ODS.

Os dados para a construção deste *radar chart* são auxiliados por um documento Excel de monitorização, com as estruturas como se apresentam na tabela 5. No exemplo é apresentada a estrutura até ao mês de abril, em ambas as tabelas, e só é explícita uma tabela específica, porém, o documento estende-se para os restantes meses do ano e cada meta da tabela geral tem uma tabela específica.

Para cada meta associaram-se um determinado número de indicadores, tal como ocorreu no primeiro documento realizado, descrito na secção 6.2.1. Desta associação resultaram as tabelas específicas. Cada indicador deve ter um valor de referência ou um valor alvo a atingir, definido pelo município. Esta informação está disposta no documento da secção 6.2.1, exposto na segunda coluna de cada tabela específica, atribuído respetivamente ao seu indicador.

Periodicamente são analisados os dados que respondem ao indicador e avalia-se a proximidade dos dados com a referência. Quando o valor se apresenta distante, na coluna de medidas do mês a que corresponde a medição, devem ser indicadas ações que provocam na medição do mês seguinte melhoria dos dados. Por outro lado, caso o panorama se mantenha positivo, devem ser indicados meios que permitam a continuidade do sucesso do indicador, na mesma coluna.

Tabela 5. Estrutura-modelo do Excel de monitorização periódica dos indicadores de ODS e respetivas metas

GERAL									
Meta	Alvo	Janeiro	Medidas	Fevereiro	Medidas	Março	Medidas	Abril	Medidas
1									
2									
3									
4									
5									
ESPECIFICOS									
Meta 1									
Indicadores	Alvo	Janeiro	Medidas	Fevereiro	Medidas	Março	Medidas	Abril	Medidas
A									
B									
C									
D									

Como nem todos os indicadores possuem a mesma unidade e não se associam em igual número a uma meta, verifica-se a necessidade de proceder à sua normalização. Para isso, utiliza-se a equação 1. V_{nor}^{ind} é o valor normalizado. O valor do município, V_{mun}^{ind} , corresponde ao valor medido naquele intervalo de tempo em análise. O valor máximo, V_{max}^{ind} , corresponde ao valor que se objetiva atingir, expresso na coluna 2 da tabela específica da tabela 5, e o valor mínimo, V_{min}^{ind} , reflete o valor apontado antes do início da monitorização ou aquele que o município entende ser o mínimo admissível (Universidade Católica Portuguesa, 2018).

$$V_{nor}^{ind} = \frac{V_{mun}^{ind} - V_{min}^{ind}}{V_{max}^{ind} - V_{min}^{ind}} \times 100 \% \quad (\text{Equação 1})$$

Da média das várias percentagens obtidas pelos diversos indicadores de cada meta, obtém-se a média da meta. Este valor é posteriormente escrito na tabela geral das medições periódicas.

Naturalmente, para cada meta há também uma percentagem de referência que corresponde desta vez ao resultado final que se pretende alcançar no município. Este valor corresponde à segunda coluna da tabela geral, exemplificada na tabela 5. Tal como ocorre para cada indicador, se na tabela geral o valor da meta diverge do valor de referência significa que há necessidade de introduzir ações de melhoria. Contudo, se o valor converge então as medidas de sucesso devem ser mantidas. Por consequência, uma vez que estes resultados provêm dos indicadores expressos na tabela específica, então as medidas que se aplicam aos indicadores repercutem-se para as suas metas.

Para cada ODS há uma folha de Excel semelhante à apresentada na tabela 5.

Como é expectável que o documento da secção 6.2.1. conduza uma monitorização meramente anual, a fim do reporte de sustentabilidade anual, desenvolver este documento Excel responde à necessidade de monitorização com períodos mais encurtados. Ambos os Excel desempenham a mesma função – monitorizar as respostas à Agenda 2030 – porém, divergem na finalidade. Este documento pode, e certamente virá, a contribuir para a redação do relatório de sustentabilidade, mas a sua finalidade primordial é informar os munícipes, e restantes partes interessadas, do trabalho idealmente mensal a ser desenvolvido.

Esposende Smart City

A *APP Esposende Smart City* é um projeto a ser implementado no município de Esposende de modo a fornecer ao seu munícipe, e outras entidades interessadas, informação sobre o território.

É um projeto debruçado sobre 4 eixos: 1) Esposende Território Analítico; 2) Esposende Território Preditivo; 3) Esposende Território Criativo e; 4) Esposende Território Inteligente.

No primeiro eixo aloca-se as melhores condições de enquadramento das fichas de ODS uma vez que se trata de uma ferramenta analítica.

Neste primeiro eixo, através de uma infraestrutura de comunicação, monitorizam-se dados da radiação solar UV (A e B), do ruído e qualidade do ar obtidos através de sensores distribuídos pelo município. Após a sua monitorização e gestão, os dados são disponibilizados numa aplicação móvel na qual os munícipes, e outras partes interessadas, podem consultar a informação, criando assim condições de bem-estar aos munícipes de forma sustentável (Câmara Municipal de Esposende, 2020).

Pela bonificação deste projeto já estar em construção, a disponibilidade das fichas neste sistema dispõe da vantagem da informação se encontrar disponível permanentemente, em qualquer local. Do mesmo modo, como a *APP* é uma novidade, as fichas concretizam-se como inovação, aumentam o seu fator de sensibilização para as ações diárias e incutem a necessidade da prossecução da sustentabilidade.

A dificuldade passível de existir albergaria uma redução de consulta por parte dos restantes *stakeholders*, uma vez que estes comumente consultam o *website* da entidade para obter informações sobre a mesma. Na fase inicial esta dificuldade poderia passar despercebida porque a aplicação móvel ainda não está disponível a uso e, como tal, a informação das fichas teria de constar na mesma no *website*, no local dedicado à apresentação do projecto caso fosse para aplicar a estratégia de imediato. A longo prazo, esta dificuldade expressar-se-ia mais para os *stakeholders* não habitantes do território.

Website

O *website* é a ferramenta mais eficiente para comunicação com os *stakeholders*, em geral.

A Câmara Municipal de Esposende estrutura a sua página *web* com secções dedicadas às temáticas 'Município', 'Viver', 'Visitar', 'Balcão Virtual' e 'Investir' (Câmara Municipal de Esposende, 2020).

Em 'Município' é disponibilizada informação sobre a Câmara Municipal. No setor 'Viver' são facultadas informações sobre o projeto *Esposende Smart City*, sobre notícias, eventos e ainda sobre assuntos relacionados com os serviços disponibilizados ao munícipe como a coesão social, a saúde, entre outros. O setor 'Visitar' providencia informações turísticas, o setor 'Balcão Virtual' permite aos cidadãos usufruírem de serviços virtuais e, por fim, o setor 'Investir' encaminha o utilizador para a página *web* da *Start Esposende*, uma incubadora de processos de empreendedorismo (Câmara Municipal de Esposende, 2020).

Portanto, perante o disposto, em nenhuma destas páginas individuais é adaptável a integração das fichas, à exceção da página correspondente ao projeto *Esposende Smart City*, como se constata indiretamente na hipótese anteriormente. Como esta é uma questão de elevada relevância para o município e sua identidade, a introdução de modificações na estrutura do *website* para criar um setor dedicado às questões de sustentabilidade acrescentaria valor ao concelho. Neste setor enquadrar-se-iam perfeitamente as fichas de ODS bem como o posterior relatório de sustentabilidade.

Na atualidade digital em que vivemos, o *website* é o rosto de uma entidade. Por isso demarcar o interesse de conter uma secção que demonstre o trabalho do município no alcance progressivo da sustentabilidade, é também indicar às partes interessadas que se trata de uma entidade atenta às necessidades e bem-estar do seu território.

Esta é uma opção que inclui todos os *stakeholders* e colmata a desvantagem da aplicação móvel. Decai, contudo, a interação com o público-alvo, os munícipes. Apesar de estarem familiarizados com a consulta do *website*, a experiência oferecida pela *APP* é mais próxima e interativa.

6.2.4 Relatório de Base

O processo de transformação do território num local mais sustentável implica que todos os envolvidos no processo tenham conhecimento dos termos que motivam a transição, tal como compreendam as cláusulas do compromisso com a Agenda 2030.

Para garantir que se informa as partes interessadas sobre sustentabilidade, Agenda 2030 e plano estratégico do município para a sustentabilidade, surge a necessidade de desenvolvimento de um documento escrito que expusesse o mencionado. Surgiu assim o relatório de base cuja função passa

então por compilar por escrito o que é sustentabilidade, qual a sua importância e como o município assume o seu compromisso com a Agenda 2030, demonstrando com ações já concretizadas noutros anos no território ou planeadas a serem aplicadas no concelho.

Este relatório de carácter anual, para além de informativo, é também um instrumento de comparação com o desempenho do município no passado, por meio a identificar melhorias ou piorias quantificadas pelo índice de sustentabilidade.

O índice de sustentabilidade reflete o progresso que um município realizou na concretização de uma meta. Este resulta da média aritmética dos valores percentuais das metas normalizadas do município, que respondem a determinadas metas dos ODS, obtidas no documento de monitorização dos ODS apresentado na secção 6.2.3 (Universidade Católica Portuguesa, 2018). É este valor que indica globalmente se um município responde ou não ao ODS, conforme ao que se comprometeu.

A estrutura do relatório de base organiza-se pelo seguinte índice:

- Capítulo 1 – Mensagem do Presidente;
- Capítulo 2 – Nota de enquadramento;
- Capítulo 3 – Introdução;
- Capítulo 4 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
- Capítulo 5 – Implementação dos ODS.

A estrutura proposta adveio do *benchmarking* realizado a uma entidade municipal portuguesa e ao seu relatório de base. O preenchimento dos capítulos do relatório de base da Câmara Municipal de Esposende baseou-se igualmente na consulta do relatório de base da entidade consultada, sendo que o contexto se diversifica e, por isso, o descrito nesta secção enquadra-se ao contexto de Esposende até ao momento de desenvolvimento deste estágio curricular.

O primeiro capítulo pretende dar espaço ao Senhor Presidente para afirmar o compromisso do município com a Agenda 2030, tal como introduzir mensagens da envolvimento com o tema que entenda serem benéficas à validação do documento e encorajamento da população para o trabalho em equipa na transição para um território sustentável.

Após isso, segue-se o capítulo 2 no qual é introduzido um contexto do documento, explicando a estrutura do mesmo e indicando que informações o leitor pode obter ao consultá-lo de forma sintetizada.

O capítulo 3 aborda os eixos da sustentabilidade – economia, ambiente, social e cultura – e as suas problemáticas associadas. Neste capítulo definem-se cada eixo e que problemáticas mundiais, nacionais ou municipais estão de momento a impedir o seu alcance. Nessa continuidade, aproveita-se

ainda este capítulo para caracterização macro do município nestas temáticas, apontado aspetos a melhorar e aspetos benéficos para os eixos, reconhecidos no território.

No capítulo 4 proporciona-se um relato histórico dos eventos internacionais que ocorreram e culminaram no desenvolvimento da Agenda 2030, semelhante ao capítulo 2 do presente documento. Com a apresentação desta informação sobre os eventos sensibiliza-se o leitor do relatório de base para a importância da ocorrência destes eventos e da necessidade de concretização de uma agenda orientadora para os municípios e comunidades, como a que comporta os ODS.

Por fim, no capítulo 5 especifica-se separadamente cada ODS. Para cada ODS é promovida a sua identificação, o seu objetivo e as suas metas, conforme o descrito pela ONU. Adicionalmente há também uma introdução relacional do ODS com as orientações do município e são apresentados os projetos do município que fazem cumprir os requisitos do ODS. É ainda apresentada uma tabela resumo com os principais indicadores e tópicos materiais associados ao ODS em questão. Para cada ODS é ainda calculado o seu índice de sustentabilidade municipal, descrito no final da informação disposta anteriormente.

Em síntese, este documento foi pensado pelo município de Esposende como uma ferramenta de instrução das suas partes interessadas acerca da Agenda 2030 e suas implicações, tal como a importância da sustentabilidade e os seus eixos na constituição de uma sociedade melhor. Funciona também como mais um meio de comunicação e transparência com os seus *stakeholders*. Estes são aspetos essenciais para o sucesso de uma transição sustentável em comunidade.

6.2.5 Avaliação de Materialidade

A avaliação de materialidade é o ponto-chave na identificação do conteúdo a ser exposto no relatório de sustentabilidade.

Além da obrigatoriedade de seguir o referencial GRI e relatar os alcances às respostas da Agenda 2030 é tendencialmente importante compreender que assuntos são uma prioridade para o município e fazê-los destacarem-se através do conteúdo de resposta aos indicadores GRI e ODS obrigatórios.

Para quantificar a materialidade de um assunto para o município requer-se o parecer dos seus *stakeholders*, numa perspetiva individual e numa visão de si enquanto parte de um coletivo. Entendeu-se que a metodologia mais concretizável fosse a inquirição das partes interessadas por recurso a inquéritos. Nesse sentido foram desenvolvidas duas propostas de inquéritos, a serem preenchidos por todas as partes interessadas, importantes para o processo de desenvolvimento de um relatório de sustentabilidade.

Os questionários comportam uma lista de tópicos materiais, exemplificados na tabela 6. A cada tópico é atribuída uma classificação entre 0 e 6, no qual o valor menor corresponde a nenhuma importância e o maior valor revela a máxima significância.

O primeiro questionário a ser preenchido pretende avaliar o que no seu entender individual o *stakeholder* considera um assunto com relevo para a sustentabilidade do município. O questionário 2, com a mesma estrutura do primeiro, pretende que a mesma pessoa classifique os mesmos assuntos em termos de impacto na comunidade, colocando-se a si como membro da comunidade.

Todo o processo é subjetivo, mas a análise conjunta das respostas culminará nos tópicos a serem trabalhados prioritariamente e a serem reportados no relatório de sustentabilidade da entidade.

Da consulta sobre o tema entende-se que há diversas formas de graficamente se expressarem os resultados dos inquéritos e, com base nisso, atribuir prioridades aos assuntos, porém os eixos permanecem inalteráveis. No eixo das abcissas comumente se apresenta o impacto do assunto na entidade, interna e externamente – resultados do questionário 2 –, enquanto, no eixo das ordenadas se expressa a relevância para o *stakeholder* – respostas do questionário 1.

Tabela 6. Exemplificação dos inquéritos para avaliação de materialidade

Tópico Material	Classificação						
	0	1	2	3	4	5	6
T1							
T2							
T3							
T4							
T5							
T6							
T7							
T8							
T9							
T10							

Na figura 10 expressa-se graficamente um modelo de análise de materialidade, a partir de dados fictícios, porém importante à visualização do descrito e proposto. Este exemplo é ainda delineado considerando apenas dois questionários de um só *stakeholder*. Todavia, o processo será mais complexo, porque envolverá a aglutinação de todas as respostas e, posterior cálculo de médias aritméticas, de modo a obter um único valor para cada tópico material, representando na figura 10 como os pontos dispersos no gráfico.

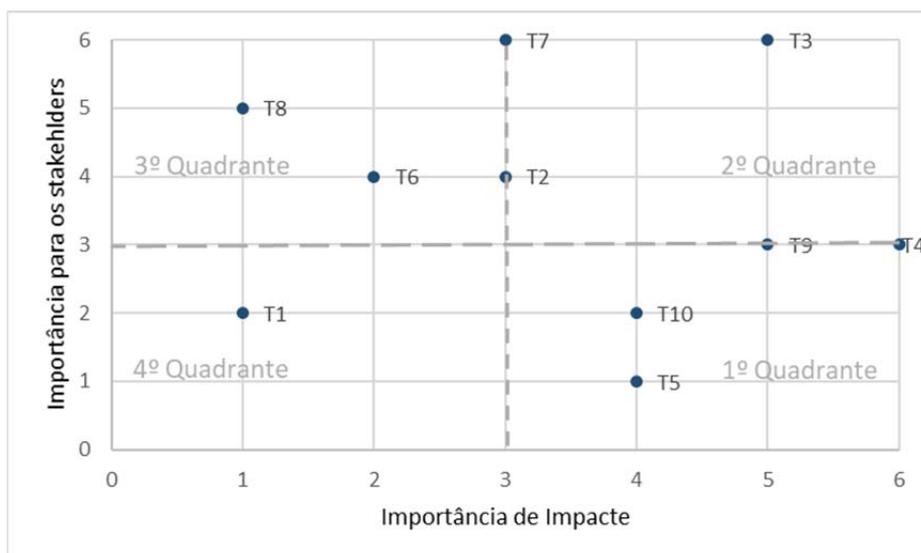


Figura 10. Exemplificação do modelo de avaliação de materialidade proposto a implementar.

Para o município de Esposende considerou-se que o critério que atribui maior prioridade assume que os assuntos expressos no segundo quadrante são os mais relevantes e de forma inquestionável devem constar no relatório de sustentabilidade. Os assuntos localizados no primeiro e terceiro quadrante são considerados prioritários, porém a sua descrição no relatório pode ser questionável pela relevância e complementação aos assuntos já selecionados a expor. E, por fim, os tópicos não prioritários estão localizados no quarto quadrante.

Os critérios de prioridade são importantes no enfoque do trabalho para os assuntos prioritários e no auxílio à escolha da informação que deve ou não constar no relatório de sustentabilidade de modo a manter a tendência de páginas entre os 51 e 100 páginas, promovendo também ao leitor acesso a informação direta de interesse facilmente. Porém não são inibidas ações e indicadores de resposta aos ODS que trabalhem sobre todos os tópicos. Não são prioritários, mas não deixam de revelar importância para o território.

Ao iniciar a aplicabilidade deste vetor, dando continuidade ao passo inicial de seleção final dos indicadores, promover a inquirição dos *stakeholders* com estes questionários tenderá a ser a segunda tarefa mais importante de concluir, uma vez que os tópicos matérias informam das maiores necessidades do município e para as quais deve orientar-se o trabalho a desenvolver. Sem a conclusão desta tarefa o trabalho poderá não responder tão prontamente às necessidades das partes interessadas, limitando o processo de transição.

Tópicos Materiais

A contextualização de sustentabilidade numa localidade e a identificação das barreiras que dificultam o alcance sustentável de uma região podem variar devido à cultura, aos hábitos, ao livre-arbítrio individual, às políticas instauradas, entre outros fatores. No mesmo sentido, é compreendido que as cidades são sistemas abertos e dinâmicos, que facultam a interação de diferentes culturas, e por consequência diferentes interpretações de sustentabilidade. Todavia, há tópicos, que apesar de serem interpretados de forma diferente, são acolhidos pelas diferentes comunidades como elementos de alavancagem da sustentabilidade. São esses tópicos comuns que permitem estabelecer relações para prossecução da sustentabilidade com todos os *stakeholders* da entidade.

Anualmente há entidades que se dedicam à realização de estudos que interpretam que assuntos comuns são abordados pelas diversas entidades e compilam as tendências da sua aplicação nos relatórios não financeiros. A estes assuntos comuns designamos de tópicos materiais.

Os tópicos materiais são os assuntos que apresentam mais significância para os *stakeholders* da entidade e promovem maior impacte na sociedade envolvente ao contexto da entidade. Como as partes interessadas e a comunidade envolvente são peças fundamentais ao bom funcionamento da entidade é importante ouvir o que as preocupa e que necessidades requerem serem resolvidas. Ter em atenção os tópicos materiais indicados pelas mesmas é uma forma de as escutar.

No estudo designado de *Carrots and Sticks 2020* as tendências de tópicos materiais mencionados são distribuídas em 4 categorias, nomeadamente: economia, ambiental, social e governança. Na tabela 7 analisa-se essa divisão (GRI, 2020).

Os tópicos materiais identificados para o município de Esposende resultam da consulta de vários estudos de tendência, como a apresentado na tabela acima, e da análise de *benchmarking* a entidades municipais e os seus respetivos relatórios de sustentabilidade.

Conjuntamente, pela avaliação do documento da secção 6.2.1, em virtude de associar a cada indicador um tópico material, selecionou-se os tópicos aplicados ao município de Esposende, descrevendo-os na coluna tópico material do primeiro documento otimizado na concretização do vetor 1 da estratégia do município para a sustentabilidade.

A governança é um eixo da sustentabilidade que não foi tido em conta na estrutura proposta para o relatório de sustentabilidade, porque se entendeu que o mesmo se reflete nos demais eixos de sustentabilidade, indiretamente. Todavia, há tópicos materiais designados para a governança atribuídos a indicadores de resposta aos ODS, uma vez que se pretende albergar o máximo de respostas a todos

os eixos da sustentabilidade, mesmo que não venham a ser relatados diretamente no relatório não financeiro.

Tabela 7. Distribuição das tendências de tópicos materiais afirmados no estudo *Carrots and Sticks 2020*

<p>Economia</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Performance económica; • Comércio e investimento; • Modelo de negócio, estratégia e inovação; • Aquisição e gestão da cadeia de abastecimento; • Impactes indiretos económicos; • Presença de mercado.
<p>Ambiental</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Clima, emissões de gases com efeito de estufa, energia, uso do solo e florestas; • Água; • Materiais e recursos eficientes; • Biodiversidade e ecossistemas de serviço; • Avaliação ambiental do fornecedor.
<p>Social</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos humanos; • Condições e práticas dignas na empregabilidade; • Impacte social e criação de valor; • Produtos e serviços responsáveis.
<p>Governança</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Prestação de contas; • Anticorrupção; • Comportamento anticompetitivo; • Estrutura e liderança; • Liderança, ética e integridade; • Gestão de <i>stakeholders</i>; • Renuneração e eficácia.

6.2.6 Relatório de Sustentabilidade

Como foi descrito previamente, havia uma proposta de relatório de sustentabilidade desenvolvida no período de que antecede o estágio curricular. Com base na informação adquirida na produção dos documentos apresentados nas outras secções deste vetor, com a informação contida no Relatório de Gestão de 2019 da Câmara Municipal de Esposende, e com a informação expressa no *website* do município sobre os seus projetos procedeu-se então ao preenchimento da primeira proposta de relatório de sustentabilidade, que o município de Esposende adquiriu em parceria com uma entidade externa. A primeira versão ficava assim concluída.

Pela oportunidade que me foi cedida em assistir a uma formação sobre relatórios não financeiros, percebeu-se que a proposta se encontrava desatualizada e com diversas inconformidades como o não cumprimento de todas as obrigadoriedades do referencial GRI, a não resposta às metas da Agenda 2030, a inexistência de avaliação de materialidade e, a mais penalizante de todas, a falta de indicadores com valores relativos ao ano de 2020.

Assim, reinicia-se o processo de desenvolvimento de uma proposta de relatório de sustentabilidade. Não se descarta na totalidade o desenvolvido na versão anterior, mas acrescenta-se informação que segue as tendências de reporte e aborde unicamente temas relevantes aos *stakeholders*.

Na estrutura da nova versão, desenvolveu-se o índice da seguinte forma:

- Sobre o Relatório;
- Mensagem do Presidente (Capítulo 0);
- Município de Esposende (Capítulo 1);
 - Missão, visão, valores;
 - Estrutura Organizacional;
 - Estratégia;
 - Alinhamento do Município de Esposende com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
 - Normas e Conduta;
 - Sistema Integrado de Gestão;
 - Gestão de Risco;
 - Colaboradores;
 - Compras sustentáveis;
 - Principais *stakeholders* e meios de comunicação;
 - Internacionalização;
- Cidade de Esposende (Capítulo 2);
 - Localização;
 - População;
 - Emprego;
 - Urbanismo e ordenamento do território;
 - Habitação;
- Empresas municipais e entidades participadas (Capítulo 3);
 - Esposende Ambiente;
 - Esposende Solidário;
 - Esposende Educa;
 - Start Esposende;
- Principais indicadores de 2019 (Capítulo 4);
- Sustentabilidade no Município de Esposende (Capítulo 5);
 - Dimensão Económica;
 - Dimensão Ambiental;
 - Dimensão Social;
 - Dimensão Cultural;
- Anexos (Capítulo 6);
 - Tabela GRI.

O primeiro conteúdo mencionado neste novo índice constituía na versão anterior um capítulo. Nesta nova versão passa a ser uma pequena nota introdutória que informa o leitor do que se trata o documento e que informações podem adquirir do mesmo.

O capítulo 0 não sofre modificações, em comparação com o anterior, mas o capítulo 1 fica mais enriquecido. São adicionados subtítulos como 'Normas e Condutas', 'Gestão de Risco', 'Colaboradores', 'Compras Sustentáveis', 'Principais *stakeholders* e meios de comunicação' e 'Internacionalização'. Relembrando que este documento é um instrumento de transparência e comunicação com os *stakeholders*, é de elevada relevância que estes tenham conhecimento de que normas e condutas são instauradas na entidade, bem como se gerem os riscos e se internacionalizam os produtos e serviços da entidade. No contexto municipal este último ponto visualiza-se com a participação da entidade em, por exemplo, eventos internacionais ou por reconhecimentos internacionais. Também para as partes interessadas é importante saberem quem são os elementos da rede de *network* da entidade, tal como entendam que meios de comunicação estão disponíveis ao estabelecimento de contacto com a entidade, e por isso adicionou-se esse subtítulo. Por fim, as 'Compras Sustentáveis' por serem um projeto a ser devoluto no município, a curto prazo, preferencialmente, que vai implicar a relação com as partes interessadas, aplica-se também a necessidade de acrescento e, por isso, constar neste novo índice.

O capítulo 2 traduz-se como uma clarificação e fragmentação do capítulo 'Caracterização Socioeconómica e Ambiental do Território' da versão anterior do relatório de sustentabilidade. Todavia, a abordagem ao contexto ambiental foi transportada para o capítulo 5, onde as questões ambientais são mais aprofundadas.

O capítulo 3 introduz novos temas não abordados na versão anterior. Como foi perceptível no decorrer deste vetor, é muito importante o trabalho em equipa para o alcance da sustentabilidade e, portanto, o trabalho desempenhado pelas empresas municipais e entidades participadas terá influência no decorrer do percurso de desenvolvimento sustentável do concelho. Foi com base nesta premissa que se introduziu este capítulo, de modo a realçar os trabalhos de resposta à Agenda 2030 desempenhados por estas entidades.

O capítulo 4 é o capítulo mais importante. É neste capítulo que se destacam os indicadores com melhor performance e, portanto, traduzem melhores respostas aos ODS. São estes indicadores que também vão classificar, em condições macro, o território e apoiar os *stakeholders* em decisões face ao município.

O capítulo 5, apoia o capítulo anterior, contendo mais informações de respostas a outros indicadores. Este capítulo já constava na versão anterior, no entanto nesta nova versão adicionou-se a dimensão cultural, uma vez que o município de Esposende é bastante ativo neste eixo da sustentabilidade. Nesta

secção do relatório vão constar os indicadores associados aos tópicos materiais situados no primeiro, segundo e terceiro quadrante da análise de materialidade.

Por fim, no capítulo 6 cumpre-se a obrigatoriedade do referencial GRI em conter uma tabela síntese dos indicadores GRI respondidos, e respetiva hiperligação para a secção do texto onde se encontram as respostas ao mesmo. Este era um capítulo que já constava na versão anterior, com a supressão agora dos cálculos por se entender ser um fator de baixo-relevo para as partes interessadas. Constatado anteriormente, esta é uma parte semiconcluída do processo com o desenvolvimento do documento da secção 6.2.2, que só necessita de transposição para a versão final do relatório após conclusão.

Esta nova versão, em comparação com a anterior, não está até à data preenchida, contudo possui em cada ponto a menção do que deve ser descrito e que indicadores GRI e ODS se encontram associados à resposta do assunto, apesar de ser decisivo pela análise de materialidade quais os indicadores ideais a abordar. Para articular melhor o processo há ainda a indicação da fonte onde se podem obter mais informação sobre a temática.

Com esta estrutura, o que se pretende é a simplificação do processo de redação e conseqüente leitura. Extinguir ambigüidades e abordar apenas os temas relevantes para os *stakeholders* são também duas premissas presentes no desenvolvimento deste documento que concretiza assim o 1.º vetor.

6.2.7 Trabalho desenvolvido em paralelo ao vetor 1

Documento explicativo do processo para os responsáveis pelas áreas temáticas

No início deste vetor, aquando do desenvolvimento do documento de Excel 'Indicadores de ODS' e do documento 'Indicadores GRI' foi requerido o desenvolvimento de um documento explicativo, a ser entregue aos responsáveis pelas áreas temáticas que os ODS englobam, no município de Esposende.

Neste documento enquadra-se resumidamente o que é a sustentabilidade, o que se pretende descrever no relatório de sustentabilidade, como o processo de seleção de indicadores deve decorrer para selecionar os indicadores mais importantes para o processo e, por fim, uma explicação de como decorre o *match* entre os indicadores GRI e ODS.

Este documento, entretanto, não seguiu o destino previsto, pela necessidade de revisão do mesmo e pela introdução de novas variáveis ao processo de desenvolvimento de um relatório de sustentabilidade, como por exemplo a avaliação de materialidade. Conclui-se também que o seu desenvolvimento tenha sido precoce e, portanto, deveriam ser aglomerados todos os documentos do vetor antes de proceder ao envio deste documento.

Num futuro próximo, este documento, após alteração das novas informações adquiridas, desempenha uma função importante, porque dele parte a contextualização dos responsáveis sobre o trabalho desenvolvido.

Preparação para auditorias

No decorrer deste estágio curricular foi-me também cedida a oportunidade de assistir às auditorias de conformidade ambiental.

Nesse sentido, tive a responsabilidade de concretizar uma pesquisa e análise às legislações aplicadas aos municípios em termos ambientais. Estas informações seriam depois encaminhadas aos responsáveis para se averiguar a conformidade perante o disposto.

Como resultado da pesquisa desenvolveu-se um documento Word simplificado, composto por apenas duas colunas, nas quais a primeira designava a legislação e na segunda, em paralelo, a descrição do âmbito da lei. Posteriormente, este documento converteu-se num documento Excel. A pedido da Câmara Municipal de Esposende cada legislação teria de ser associado a um tópico da rede de processos. Existem 28 tópicos, distribuídos por pilares como gestão, prestação de serviços e suporte. No final da associação resultaram folhas individuais para cada tópico, cuja estrutura apresenta-se exemplificada na tabela 8.

Tabela 8. Exemplo da estrutura associativa entre a legislação e o tópico da rede de processos do município de Esposende

Ação Cultural	
Legislação	Descrição
Decreto-Lei n.º 271/84	Estabelece disposições relativas à construção de instalações destinadas a <i>boîtes</i> , discotecas e certos espetáculos ao ar livre e outras atividades similares, na perspetiva de controlo da poluição sonora.

Este documento permitiu que a distribuição de responsabilidades em avaliar a conformidade legislativa ocorresse de forma mais organizada e célere, nos períodos que antecederiam a auditoria.

No decorrer da auditoria ambiental foram apresentados os documentos desenvolvidos para o vetor 1, conducentes a um relatório de sustentabilidade. Estes documentos reúnem uma prova do interesse do município em transformar-se num território sustentável. Desta mudança há implicitamente o cumprimento legislativo em preservação e conservação ambiental.

Portanto, para além do desenvolvimento de trabalho que auxiliou a avaliação de conformidade preparatória para a auditoria, foi também desenvolvido neste vetor documentos comprovativos da preocupação ambiental, conducentes a uma avaliação melhor da entidade na auditoria.

Vetor 2- Alterações Climáticas

Neste vetor da estratégia municipal, o principal objetivo foi desenvolver uma estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas, tendo por base diversas legislações, nacionais e internacionais. Assim, iniciou-se o processo de pesquisa preparatória à sua redação, com a leitura e análise da Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, que aprovou o Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

No PNEC 2030 são descritos os 8 objetivos que pretendem orientar a transição energética do território nacional, nomeadamente: 1) Descarbonizar a Economia Nacional; 2) Dar prioridade à eficiência energética; 3) Reforçar a aposta nas energias renováveis e reduzir a dependência energética do país; 4) Garantir a segurança de abastecimento; 5) Promover a mobilidade sustentável; 6) Promover uma agricultura e floresta sustentáveis e potenciar o sequestro de carbono; 7) Desenvolver uma indústria inovadora e competitiva; 8) Garantir uma transição justa, democrática e coesa (Governo Português, 2020). Para cada objetivo são ainda descritas linhas de atuação e medidas a serem aplicadas. Neste sentido, desenvolveu-se um documento Excel de modo a conciliar os indicadores do município para resposta dos ODS com os requisitos das linhas de atuação do PNEC. O documento ficou com a estrutura exemplo apresentada parcialmente para o objetivo 2, na tabela 9.

Tabela 9. Exemplificação da estrutura de associação entre indicadores do PNEC 2030 e os indicadores ODS do município

Objetivo 1: Descarbonizar a Economia Nacional			
Linha de atuação	Medida	Aplicação	Indicadores ODS
1.1 Promover a descarbonização do setor electroprodutor	1.1.1 Cessar a produção de eletricidade a partir do carvão	Não aplicável	
	1.1.2 Avaliar a conversão das centrais a carvão para fontes renováveis	Não aplicável	
	1.1.3 Promover o <i>phase-out</i> da produção de eletricidade a partir de fuelóleo e gasóleo nas Regiões Autónomas	Não aplicável	
1.2 Prosseguir com a aplicação do regime CELE	1.2.1 Promover uma estratégia para a exclusão de instalações do regime CELE 2021 -2025	Aplicável	- Indicador 1 - Indicador 2 - Indicador 3
	1.2.2 Estabelecer o enquadramento legislativo sobre o mecanismo de compensação de custos indiretos no CELE	Aplicável	- Indicador 4 - Indicador 5

As primeiras duas colunas correspondem a informação disposta no PNEC 2030, reorganizada de forma diferente neste documento. Na primeira coluna indicam-se as linhas de atuação que são os eixos sobre quais o país pretende atuar e incentivar as comunidades locais a concretizá-lo. Na coluna 2 explicita-se as linhas de atuação, apontando medidas a serem concretizadas. Na coluna 3 caracteriza-se a medida como sendo ou não aplicável ao contexto do município. Com base nas pesquisas concretizadas e tendo por base informações sobre o território, há elementos deste plano mais direcionados a entidades industriais, não aplicáveis ao contexto municipal. E, por fim, na coluna 4 mencionam-se os indicadores de ODS que auxiliam a resposta à medida.

Para complementaridade do preenchimento das colunas, é ainda procedida a análise ao Plano Estratégico de Sustentabilidade Energética do município de Esposende, delineado para o período de tempo decorrido entre 2011 e 2020, a análise ao segundo relatório do Plano de Ação para a Energia Sustentável do Município de Esposende, e leitura da legislação aplicada à certificação energética. Com estas análises pretendia-se ainda identificar possíveis lacunas na conformidade do município perante a legislação aplicada ou no cumprimento das normas dispostas nos diplomas.

Por fim, em termos de trabalho desenvolvido na preparação deste vetor, para além da pesquisa na vertente energética, estudou-se ainda as medidas a serem aplicadas ao município delineadas na Estratégia Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas no território da NUTS III Cávado, desenvolvido por uma entidade intermunicipal, à qual o município de Esposende pertence.

Nesta estratégia foi elaborado um estudo territorial para categorizá-lo, identificar as suas vulnerabilidades e desenhar estratégias para o território se tornar mais resiliente e adaptativo às alterações climáticas.

A estratégia está dividida em 3 volumes nomeadamente: 1) Âmbito e Contextualização da estratégia para o território da NUTS III Cávado; 2) Avaliação dos impactos e vulnerabilidades do território da NUTS III Cávado; 3) Opções de adaptação, integração e gestão de medidas para o território da NUTS III Cávado (CIM Cávado, 2020).

Todos os volumes foram analisados, mas não foi criado nenhum documento decorrente desta análise.

7. CONCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO FUTURO

A sustentabilidade, e conseqüente desenvolvimento sustentável, apresentam cada vez mais relevância em termos globais, pela emergência de reverter a situação climática até ao ano de 2030. Todavia, esta problemática é acompanhada de grandes questões sociais e económicas pelo que, se expande a

importância da promoção e implementação de políticas de sustentabilidade em todas as vertentes da mesma.

No município de Esposende o desígnio de querer ser um território sustentável advém de um período mais longínquo àquele que abrange o tempo em que este estágio curricular foi realizado. Tal facto demonstra-se pelos vários projetos que foram elaborados ao longo do tempo neste concelho, aplicados por exemplo em escolas, indústrias, atividades piscatórias, e mesmo nas atividades que regem o serviço municipal.

A estratégia municipal para o alcance da sustentabilidade dividida por 5 vetores, pensada minuciosamente e criada com base em necessidades a serem respondidas pelo município, é uma concretização valiosa para o progresso do caminho orientado para a sustentabilidade, promovendo um trabalho mais célere e organizado. Neste estágio curricular promoveu-se a concretização dessa estratégia. Por razões pandémicas, que emergiram resposta a forças maiores, levaram a que não fosse possível a concretização de 90 % desta estratégia. Porém, 10 % foi totalmente concluído, aguardando apenas a sua aplicação prática.

Neste sentido, sugere-se que, num futuro próximo, se apliquem os documentos produzidos para resposta ao vetor 1, conforme a nova estruturação apresentada na figura 8, da forma demonstrada na figura 11.

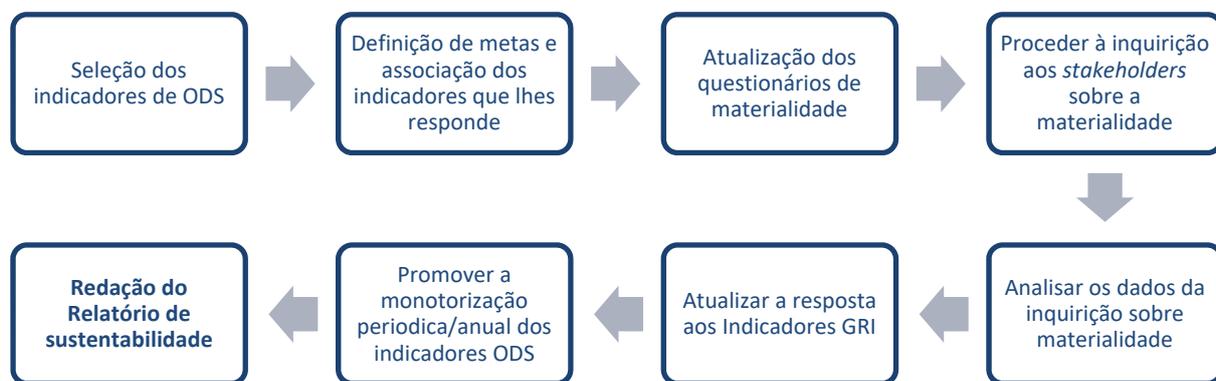


Figura 11. Proposta da execução sequencial de tarefas que concluem o vetor 1.

A seleção dos indicadores de ODS a responder pelo município de Esposende é o ponto mais importante e fulcral para garantir o arranque da implementação do que foi produzido para o vetor 1. A partir da concretização deste passo definir metas, atualizar Excel GRI e avaliar a materialidade dos tópicos materiais são os passos que se seguem de forma célere e eficaz. Sugere-se que a inquirição de materialidade ocorra *online* de modo ao tratamento de dados ocorrer posteriormente de forma mais

organizada e autonomizada. Para que os inquiridos compreendam bem as diferenças entre os questionários, estes devem conter contextos de aplicabilidade, ou seja, o questionário que apela aos *stakeholders* a integrem-se como elementos da comunidade do concelho, indicar o contexto actual à data em termos socioeconómicos, apoia, sem influenciar, que a resposta vá de encontro à identificação de focos de atenção necessários.

A produção do relatório de sustentabilidade, pelo trabalho de preparação concluído, decorrerá de forma simplificada. Porém, como é necessário um período de tempo de monitorização de dados e aplicação de medidas que mantenham ou melhorem os resultados desses dados, estima-se que a sua concretização possa vir a ser mais tardia que o desejado. Tal razão não se deve a questões de complexidade do processo, mas à necessidade de tempo para a obtenção e análise de dados.

Para as fichas de ODS os procedimentos que se estimam seguir, para aplicação das mesmas, é a sua introdução nas plataformas, com atualização da informação relativa às metas. Depois sugere-se a atualização periódica de informações com os dados provenientes de monitorização dos indicadores de ODS que respondem às metas. A limitar esta etapa poderão estar implicações de programação informática, que exigem mais tempo e profissionais qualificados para trabalho mais complexo envolvente. Assim, antes do início desta etapa, garantir tempo e profissionais é fulcral para as respostas surgirem de forma quase imediata.

O relatório de base, apesar de praticamente preenchido, como depende da monitorização periódica dos indicadores para o cálculo do índice de sustentabilidade municipal, tenderá a atrasar-se tanto quanto o relatório de sustentabilidade. Ainda assim, pela simplicidade dos cálculos, a concretização do relatório de base espera-se mais facilitada.

De forma global, concretizando o primeiro passo assinalado na figura 11, os outros passos decorrem de forma natural e eficiente. As dificuldades previstas até então podem traduzir-se inferiores ao esperado. Todavia, garantir a validação dos documentos é evitar fatores limitantes. Os documentos deste vetor estão interligados, o que implica que a não validação de um, conduza a inutilidade do seguinte.

No que se refere ao vetor 2, um dos passos importantes a serem desenvolvidos para alcançar a estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas é o desenvolvimento de um plano de ação em termos energéticos, para que o município descarbonize e se promova a transição energética.

Neste sentido, como já foram analisados diversos documentos, legislativos e estratégicos, aplicáveis ao município, o próximo passo para finalizar o plano de ação será o preenchimento de um modelo pré-

concebido pela Câmara Municipal de Esposende. Este modelo apresenta-se num documento Excel, conforme a tabela 10.

Tabela 10. Modelo inicial para estruturação da Estratégia Nacional para adaptação às alterações climáticas

<i>Estratégia Municipal para adaptação às alterações climáticas</i>						
Origem	Ação	Nível de Prioridade	Meta	Prazo de Execução	Responsável	Fonte de Financiamento
PNEC 2030	Linha de atuação 1	Elevado				

A coluna 1, 2 e 5 numa primeira fase são facilmente preenchidas, uma vez que o que estas exigem leva apenas à transcrição do afirmado nos documentos com estratégias energéticas aplicáveis ao território nacional, alterando apenas a forma como se adequam em termos municipais.

Numa fase posterior quando o documento seguir para os responsáveis para avaliação, e forem procedidas melhorias no mesmo, é possível aferir-se metas e responsáveis pelo alcance das mesmas. Com base neste envio pode ainda aferir-se níveis de prioridade para a ação junto dos responsáveis afetos à área.

Por fim, este documento conclui-se com a pesquisa das possíveis fontes de financiamento e pela indicação de quais medidas já se encontram sobre alçada de um fundo de financiamento.

Assim, o trabalho desenvolvido no vetor 1 e 2, durante este estágio curricular, traduz-se em síntese, na redação de documentos que demonstram elevada importância no decorrer e implementação da estratégia municipal para a sustentabilidade.

Caso o estágio não ocorresse, o processo tenderia a ser mais demorado, lento e desorganizado. Com o que se desenvolveu, o caminho altera-se e o município pode evoluir no que planeava: responder às necessidades do território e encaminhar-se no sentido da sustentabilidade.

Em conclusão, é perceptível que a orientação de um município para a sustentabilidade exige o cumprimento de normas e legislações. É, no entanto, um caminho que se tende a fazer cada vez mais em comunidade e Esposende, apesar de uma cidade já conhecida pela busca em pertencer a este grupo percursor do desenvolvimento sustentável, efetiva-se agora com um processo de monitorização e gestão mais organizado e vocacionado, com a prontidão de uma comunidade que quer ser cada vez melhor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agência Portuguesa do Ambiente, 2021a, *Assuntos Internacionais*. Consultado em 08/01/2021, <<https://apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=1173>>.
- Agência Portuguesa do Ambiente, 2021b, *Desenvolvimento Sustentável*. Consultado em 04/01/2021, <<https://apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=140>>.
- Agência Portuguesa do Ambiente, 2021c, *ENEA Enquadramento Histórico e Conceito*. Consultado em 08/01/2021, <<https://enea.apambiente.pt/content/enquadramento-hist%C3%B3rico-e-conceito?language=pt-pt>>.
- Amaral, R V, França, L Z 2012, 'Dumping Ambiental: Entre a liberalização do comércio e a proteção ao meio ambiente', In *A Sustentabilidade Ambiental em suas múltiplas faces*. De Carli, A A, Caldeira, A P C, Fraiture, C, Lourenço, D B, Molden, D, Oliveira, F C S, Hansen, G L, Lundqvist, J L, Nalini, J R, Mariano, L M C R, Costa, L A, Lima, L G D, França, L Z, Magalhães, N J V, Avzaradel, P C S, Amaral, R V, Augustin, S, Júnior, W P M. Campinas/SP. Millennium Editora. ISBN 978-85-7625-264-1. p. 135-144.
- APREN Associação de Energias Renováveis, sem data, *Produção: Balanço da Produção de Eletricidade de Portugal Continental (janeiro a dezembro de 2020)*. Consultado em 09/01/2021, <<https://www.apren.pt/pt/energias-renovaveis/producao>>.
- Arora, N 2018, 'Environmental Sustainability- necessary for survival', *Environmental Sustainability*, vol. 1, p.1-2, DOI: 10.1007/s42398-018-0013-3.
- Arora, N 2019, 'Earth: 50 years challenge', *Environmental Sustainability*, vol. 2, p.1-3, DOI: 10.1007/s42398-019-00053-5.
- Barros, A 2010, 'Comparação de Políticas de Sustentabilidade Urbana entre diversas Autarquias Portuguesas', Mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Baumgärtner, S, Quaas, M 2010a, 'Sustainability economics- General versus specific and conceptual versus practical', *Ecological Economics*, vol. 69, no.11, p. 2056-2059, DOI: 10.1016/j.ecolecon.2010.06.018.
- Baumgärtner, S, Quaas, M 2010b, 'What is sustainability economics?', *Ecological Economics*, vol. 69, no. 3, p. 445-450, DOI: 10.1016/j.ecolecon.2009.11.019.
- BCSD Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, 2021a, *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o BCSD Portugal*. Consultado em 07/07/2020, <<https://www.ods.pt/>>.

- BCSD Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, 2021b, *11 Cidades e Comunidades Sustentáveis*. Consultado em 07/07/2020, <<https://www.ods.pt/objectivos/11-cidades-e-comunidades-sustentaveis/?portfolioCats=24>>
- BCSD Portugal, 2021, *Sustentabilidade*, Lisboa. Consultado em 17/11/2020, <<https://bcsdportugal.org/sustentabilidade/sustentabilidade>>.
- Caldeira, A P G 2012, 'A interconexão entre o direito à saúde e o meio ambiente sob a ótica da hermenêutica', In *A Sustentabilidade Ambiental em suas múltiplas faces*. De Carli, A A, Caldeira, A P C, Fraiture, C, Lourenço, D B, Molden, D, Oliveira, F C S, Hansen, G L, Lundqvist, J L, Nalini, J R, Mariano, L M C R, Costa, L A, Lima, L G D, França, L Z, Magalhães, N J V, Avzaradel, P C S, Amaral, R V, Augustin, S, Júnior, W P M. Campinas/SP. Millennium Editora. ISBN 978-85-7625-264-1. p. 254-266.
- Calvinho, M 2019, 'Relatório de Responsabilidade Empresarial de acordo com as Diretrizes GRI', Mestrado em Gestão de Empresas, Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa.
- Câmara Municipal de Esposende, Coesão Social, 2016, *Rede Social*. Consultado em 27/12/2020, <<https://www.municipio.esposende.pt/pages/342>>.
- Câmara Municipal de Esposende, Esposende Smart City, 2020, *Esposende é o segundo melhor Município do Norte em termos financeiros na sua categoria*. Consultado em 27/12/2020, <https://www.municipio.esposende.pt/pages/702?news_id=5461>.
- Cavaco, C, Vilares, E, Rosa, F, Magalhães, M, Esteves, N, 2015, 'CIDADES SUSTENTÁVEIS 2020 Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia', Direção-Geral do Território, Lisboa, p. 8-18.
- Da Costa, J 2000, *As Autarquias Locais e Desenvolvimento Sustentável*, Coimbra.
- De Matteis, F, Preite, D, Striani, F, Borgonovi, E 2020, 'Cities role in environmental sustainability policy: The Italian experience', *Cities*, p. 1-13, DOI: 10.1016/j.cities.2020.102991.
- Delloite, 2021, *Portugal está em 24º lugar no Índice de Progresso Social: Social Index Progress 2018*. Consultado em 08/01/2021, <<https://www2.deloitte.com/pt/pt/pages/about-deloitte/articles/portugal-esta-24-lugar-no-indice-de-progresso-social-2018.html>>.
- Direção-Geral do Território, 2015, 'Estratégia Cidades Sustentáveis 2020', p. 8-18.
- Diversity.Social, Chan, B 2021, *Social Sustainability - Everthing you need to know*, Diversity Social Professionals. Consultado em 09/11/2020, <<https://diversity.social/social-sustainability/#gsc.tab=0>>.

- Domingues, A, Lozano, R, Ceulemans, K, Ramos, T 2017, 'Sustainability reporting in public sector organisations: Exploring the relation between the reporting process and organisational change management for sustainability', *Journal of Environmental Management*, vol. 192, p.292-301, DOI: 10.1016/j.jenvman.2017.01.074.
- Esposende Ambiente, 2020a, *Empresa*. Consultado em 14/12/2020, <<https://www.esposendeambiente.pt/index.php/layout/empresa.html>>.
- Esposende Ambiente, 2020b, *Sede do Esposende Ambiente foi Edifício CarbonoZero®*. Consultado em 27/12/2020, <<https://www.esposendeambiente.pt/index.php/2015-04-13-10-41-21/arquivo-noticias-2011/513-sede-da-esposende-ambiente-foi-edificio-carbonozero.html>>.
- Flores, N C 2012, 'Inovação tecnológica e desenvolvimento sustentável', In *A Sustentabilidade Ambiental em suas múltiplas faces*. De Carli, A A, Caldeira, A P C, Fraiture, C, Lourenço, D B, Molden, D, Oliveira, F C S, Hansen, G L, Lundqvist, J L, Nalini, J R, Mariano, L M C R, Costa, L A, Lima, L G D, França, L Z, Magalhães, N J V, Avzaradel, P C S, Amaral, R V, Augustin, S, Júnior, W P M. Campinas/SP. Millennium Editora. ISBN 978-85-7625-264-1. p. 273-281.
- Global Reporting Initiative, 2021a, *GRI Standards available in portuguese*. Consultado em 08/01/2021, <<https://www.globalreporting.org/about-gri/news-center/2020-10-27-gri-standards-available-in-portuguese/>>.
- Global Reporting Initiative, 2020, 'Carrots and Sticks', p.7-31.
- Global Reporting Initiative, 2021b, *Our mission and history*. Consultado em 08/01/2021, <<https://www.globalreporting.org/about-gri/mission-history/>>.
- Gomes, S 2016, 'Análise de sustentabilidade urbana aplicada a caso de estudo', Mestrado, Universidade do Minho, Guimarães.
- Gupta, J, Vegelin, C 2016, 'Sustainable development goals and inclusive development', *International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics*, vol. 16, p.433-448, DOI: 10.1007/s10784-016-9323-z.
- Hák, T, Janoušková, S, Moldan, B 2016, 'Sustainable Development Goals: A need for relevant indicators', *Ecological Indicators*, vol. 60, p. 565-573, DOI: 10.1016/j.ecolind.2015.08.003.
- Instituto Português da Qualidade, 2016, 'Sistemas de Gestão Ambiental - Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização (ISSO 14001:2015)', 4ª edição, p.7.
- Legislation.gov.uk, 2020, *Companies Act 2006*. Consultado em: 14/12/2020, <<https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2006/46/section/414CB?view=plain>>.

- Mariano, L 2012, 'O Poder Judiciário e a Sustentabilidade', In *A Sustentabilidade Ambiental em suas múltiplas faces*. De Carli, A A, Caldeira, A P C, Fraiture, C, Lourenço, D B, Molden, D, Oliveira, F C S, Hansen, G L, Lundqvist, J L, Nalini, J R, Mariano, L M C R, Costa, L A, Lima, L G D, França, L Z, Magalhães, N J V, Avzaradel, P C S, Amaral, R V, Augustin, S, Júnior, W P M. Campinas/SP. Millennium Editora. ISBN 978-85-7625-264-1. p. 24-36.
- Montecalvo, M, Farneti, F, De Villiers, C 2018, 'The potential of integrated reporting to enhance sustainability reporting in the public sector', *Public Money & Management*, vol. 38, no. 5, p. 365-374, DOI: 10.1080/09540962.2018.1477675.
- Município de Esposende, 2011, 'Plano Estratégico de Sustentabilidade Energética', p.24-57.
- Niemann, L, Hoppe, T 2017, 'Sustainability reporting by local governments: a magic tool? Lessons on use and usefulness from European pioneers', *Public Management Review*, vol 20, no 1, p.201-223, DOI: 10.1080/14719037.2017.1293149.
- Pearce, A, Walrath, L 2019, 'Definitions of Sustainability from the Literature', p. 1-83. (online Indonesia Dokumen).
- Rádio Renascença, 2020, *Portugal é o 21º melhor país do mundo para viver*. Consultado em 08/01/2021, <<https://rr.sapo.pt/2020/12/21/pais/portugal-e-o-21-melhor-pais-do-mundo-para-viver/noticia/219402/>>.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho, 'Aprova o Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030)', Presidência do Conselho de Ministros, República Portuguesa.
- The Economist, 2007, A new sick man of Europe. Consultado em 20/02/2021, <<https://www.economist.com/europe/2007/04/12/a-new-sick-man-of-europe>>.
- The Guardian, Ford, L 2015, *Sustainable development goals: all you need to know*. Consultado em 11/01/2021, <<https://www.theguardian.com/global-development/2015/jan/19/sustainable-development-goals-united-nations>>.
- The World Bank, 2020, *Five things you need to know about social sustainability and inclusion*. Consultado em 09/11/2020, <<https://www.worldbank.org/en/news/feature/2020/09/02/five-things-about-social-sustainability-and-inclusion>>.
- Torgal, F 2011, *As intermitências da sustentabilidade*. Consultado em 30/12/2020, <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/12318/1/Torgal%202011.pdf>>.
- United Nations Global Compact, 2020, *Social Sustainability*. Consultado em 09/11/2020, <<https://www.unglobalcompact.org/what-is-gc/our-work/social>>.

United Nations, Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais, 2021a, *The 17 Goals:History*.

Consultado em 11/01/2021, <<https://sdgs.un.org/goals>>.

United Nations, Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais, 2021b, *Transforming our world:the*

2030 Agenda for Sustainable Development. Consultado em 04/01/2021,

<<https://sdgs.un.org/2030agenda>>.

Vallance, S, Perkins, H, Dixon, J 2011, 'What is social sustainability? A clarification of concepts',

Geoforum, vol. 42, no. 3, p. 342-348, DOI: 10.1016/j.geoforum.2011.01.002.

WBCSD, 2019a, *ESG Disclosure Handbook*. Consultado em: 01/03/2021,

<<https://www.wbcsd.org/Programs/Redefining-Value/External-Disclosure/Purpose-driven-disclosure/Resources/ESG-Disclosure-Handbook>>.

WBCSD, 2019b, 'Reporting Matters', p.8-20.